

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Vale S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Avenida das Américas nº 700, Rio de Janeiro, Brasil e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo – BM&F BOVESPA (Vale3 e Vale5), Nova York – NYSE (VALE e VALE.P), Paris – NYSE Euronext (Vale3 e Vale5) e Hong Kong – HKEx (códigos 6210 e 6230).

A Vale e suas controladas diretas e indiretas (“Vale”, “Grupo” ou “Companhia”) são produtores mundiais de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica, e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos. O Grupo também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, potássio, fosfatos e outros nutrientes fertilizantes, manganês, ferroligas, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto. As informações por segmento estão apresentadas na nota 3 e 31(d).

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram preparadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. As demonstrações contábeis consolidadas apresentam os saldos e transações do Grupo, conforme descrito na nota 31(b).

b) Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado ou instrumentos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 24 de fevereiro de 2016, data em que as demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

IFRS 9 *Financial instruments* - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia não espera impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

IFRS 15 *Revenue from contracts with customers* - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - *Revenue*, o IAS 11 - *Construction contracts* e as interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

IFRS 16 *Leases* - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de *leases* (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 - *Leases* e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

d) Sumário das principais práticas contábeis e sumário das estimativas e julgamentos contábeis críticos

O sumário das principais práticas contábeis e o sumário das estimativas e julgamentos contábeis críticos estão apresentados nas notas 31 e 32, respectivamente.

3. Informações por segmento de negócios e por área geográfica

As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são geralmente derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

a) Lucro (prejuízo) operacional e EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado é utilizado pela administração para auxiliar no processo de tomada de decisões dos segmentos. A definição da Companhia de EBITDA ajustado é o lucro ou prejuízo operacional somando os dividendos recebidos de coligadas e *joint ventures* e excluindo a depreciação, exaustão e amortização, redução ao valor recuperável, contratos onerosos e resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes.

Consolidado											
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015											
	Demonstração do resultado							Ajustado por			
	Receita de venda, líquida	Custos	Despesas líquidas	Pesquisa e desenvolvimento	Pré operacionais e paradas de operação	Depreciação e outros resultados	Lucro (prejuízo) operacional	Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes e contratos onerosos	Resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes	Dividendos recebidos de coligadas e joint ventures	EBITDA ajustado
Minerais ferrosos											
Minério de ferro	41.427	(25.505)	(1.140)	(395)	(417)	(8.184)	5.786	3.538	494	87	14.057
Pelotas	11.916	(7.008)	34	(13)	(81)	(1.309)	3.539	225	-	708	5.556
Ferroligas e manganês	518	(583)	1	(1)	(61)	(79)	(205)	-	-	-	(126)
Outros produtos e serviços ferrosos	1.552	(1.115)	22	(9)	(6)	(327)	117	80	-	25	469
	55.413	(34.211)	(1.083)	(418)	(565)	(9.899)	9.237	3.843	494	820	19.956
Carvão	1.739	(2.857)	(435)	(73)	(208)	(12.432)	(14.266)	11.762	-	109	(1.725)
Metais básicos											
Níquel e outros produtos	15.534	(11.378)	(506)	(348)	(1.359)	(23.695)	(21.752)	18.180	-	-	1.943
Cobre	4.957	(3.049)	(114)	(31)	(2)	(784)	977	138	-	-	1.761
Outros produtos de metais básicos	-	-	722	-	-	-	722	-	-	-	722
	20.491	(14.427)	102	(379)	(1.361)	(24.479)	(20.053)	18.318	-	-	4.426
Fertilizantes											
Potássio	443	(297)	9	(171)	(81)	(2.230)	(2.327)	2.123	-	-	(97)
Fosfatados	5.806	(3.912)	(118)	(97)	(139)	653	2.193	(1.515)	-	-	1.540
Nitrogenados	999	(687)	(15)	(9)	(12)	(70)	206	-	-	-	276
Outros produtos de fertilizantes	194	-	-	-	-	-	194	-	-	-	194
	7.442	(4.896)	(124)	(277)	(232)	(1.647)	266	608	-	-	1.913
Outros	414	(464)	(543)	(456)	(2)	467	(584)	22	(546)	135	(916)
Total	85.499	(56.855)	(2.083)	(1.603)	(2.368)	(47.990)	(25.400)	34.553	(52)	1.064	23.654

Consolidado												
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014												
Demonstração do resultado								Ajustado por				
	Receita de venda, líquida	Custos	Despesas líquidas	Pesquisa e desenvolvimento	Pré operacionais e paradas de operação	Depreciação e outros resultados	Lucro (prejuízo) operacional	Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes e contratos onerosos	Resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes	Dividendos recebidos de coligadas e joint ventures	Depreciação, exaustação e amortização	EBITDA ajustado
Minerais ferrosos												
Minério de ferro	45.341	(22.515)	(3.037)	(758)	(376)	(6.382)	12.273	2.794	-	108	3.588	18.763
Pelotas	12.397	(6.397)	(42)	(2)	(88)	(648)	5.220	-	-	1.097	648	6.965
Ferroligas e manganês	933	(618)	(27)	(1)	(54)	(75)	158	-	-	-	75	233
Outros produtos e serviços ferrosos	1.724	(1.310)	7	(21)	-	(239)	161	-	-	1	239	401
	60.395	(30.840)	(3.099)	(782)	(518)	(7.344)	17.812	2.794	-	1.206	4.550	26.362
Carvão	1.740	(2.514)	(764)	(43)	(89)	(1.075)	(2.745)	786	-	75	289	(1.595)
Metais básicos												
Níquel e outros produtos	14.703	(8.756)	249	(330)	(1.209)	(586)	4.071	(3.667)	441	-	3.812	4.657
Cobre	3.434	(2.079)	(35)	(10)	(38)	(414)	858	-	-	-	414	1.272
	18.137	(10.835)	214	(340)	(1.247)	(1.000)	4.929	(3.667)	441	-	4.226	5.929
Fertilizantes												
Potássio	363	(312)	(40)	(45)	(51)	(60)	(145)	-	-	-	60	(85)
Fosfatados	4.259	(3.534)	(163)	(109)	(133)	(3.607)	(3.287)	2.800	-	-	807	320
Nitrogenados	820	(560)	(23)	(16)	(16)	(113)	92	-	-	-	113	205
Outros produtos de fertilizantes	214	-	-	-	-	-	214	-	-	-	-	214
	5.656	(4.406)	(226)	(170)	(200)	(3.780)	(3.126)	2.800	-	-	980	654
Outros	2.347	(1.408)	(759)	(403)	(14)	(63)	(300)	-	-	21	63	(216)
Total	88.275	(50.003)	(4.634)	(1.738)	(2.068)	(13.262)	16.570	2.713	441	1.302	10.108	31.134

Consolidado												
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013												
	Demonstração do resultado							Ajustado por				
	Receita de venda, líquida	Custos	Despesas líquidas	Pesquisa e desenvolvimento	Pré operacionais e paradas de operação	Depreciação e outros resultados	Lucro (prejuízo) operacional	Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes e contratos onerosos	Resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes	Dividendos recebidos de coligadas e joint ventures	Depreciação, exaustação e amortização	EBITDA ajustado
Minerais ferrosos												
Minério de ferro	60.653	(19.736)	(2.714)	(690)	(524)	(3.023)	33.966	-	-	149	3.023	37.138
Pelotas	12.972	(4.994)	(249)	(24)	(280)	(826)	6.599	427	-	1.441	399	8.866
Ferroligas e manganês	1.140	(677)	(69)	(1)	(31)	(64)	298	-	-	-	64	362
Outros produtos e serviços ferrosos	903	(351)	11	-	-	(301)	262	-	-	2	301	565
	75.668	(25.758)	(3.021)	(715)	(835)	(4.214)	41.125	427	-	1.592	3.787	46.931
Carvão	2.188	(2.485)	(536)	(102)	(105)	(373)	(1.413)	-	-	90	373	(950)
Metais básicos												
Níquel e outros produtos	12.566	(7.906)	(263)	(373)	(1.633)	(3.416)	(1.025)	-	-	-	3.416	2.391
Cobre	3.180	(2.182)	(266)	(95)	(22)	(884)	(269)	-	508	-	376	615
Outros produtos de metais básicos	-	-	484	-	-	-	484	-	-	-	-	484
	15.746	(10.088)	(45)	(468)	(1.655)	(4.300)	(810)	-	508	-	3.792	3.490
Fertilizantes												
Potássio	434	(274)	(80)	(38)	(868)	(5.057)	(5.883)	4.963	-	-	94	(826)
Fosfatados	4.443	(3.621)	(309)	(67)	(56)	(676)	(286)	-	-	-	676	390
Nitrogenados	990	(804)	(46)	(12)	(11)	(158)	(41)	-	-	-	158	117
Outros produtos de fertilizantes	171	-	-	(4)	-	-	167	-	-	-	-	167
	6.038	(4.699)	(435)	(121)	(935)	(5.891)	(6.043)	4.963	-	-	928	(152)
Outros	1.850	(1.450)	(508)	(338)	-	(73)	(519)	-	-	154	73	(292)
Total das operações continuadas	101.490	(44.480)	(4.545)	(1.744)	(3.530)	(14.851)	32.340	5.390	508	1.836	8.953	49.027
Operações descontinuadas	2.762	(2.324)	(157)	(30)	-	(823)	(572)	-	484	-	339	251
Total	104.252	(46.804)	(4.702)	(1.774)	(3.530)	(15.674)	31.768	5.390	992	1.836	9.292	49.278

b) Ativos por segmento

Consolidado					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015					
	Recebíveis	Estoque de produto	Investimentos	Imobilizados e intangíveis	Adições ao imobilizado e intangível
Minerais ferrosos					
Minério de ferro	289	3.168	1.581	104.539	16.177
Pelotas	2.792	620	1.156	4.213	129
Ferroligas e manganês	203	249	-	547	43
Outros produtos e serviços ferrosos	303	7	3.038	824	50
	3.587	4.044	5.775	110.123	16.399
Carvão	176	206	1.195	7.075	5.108
Metais básicos					
Níquel e outros produtos	1.606	4.460	66	83.118	4.365
Cobre	67	92	-	8.731	797
	1.673	4.552	66	91.849	5.162
Fertilizantes					
Potássio	-	52	-	570	-
Fosfatados	393	1.063	-	14.526	853
Nitrogenados	-	41	-	-	-
	393	1.156	-	15.096	853
Outros	159	10	4.445	7.905	262
Total	5.988	9.968	11.481	232.048	27.784

Consolidado					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014					
	Recebíveis	Estoque de produto	Investimentos	Imobilizados e intangíveis	Adições ao imobilizado e intangível
Minerais ferrosos					
Minério de ferro	4.035	2.949	1.450	93.747	16.597
Pelotas	1.153	498	1.575	4.293	509
Ferroligas e manganês	402	183	-	696	133
Outros produtos e serviços ferrosos	181	-	2.945	810	93
	5.771	3.630	5.970	99.546	17.332
Carvão	324	411	943	11.765	4.850
Metais básicos					
Níquel e outros produtos	1.747	3.811	56	78.664	1.828
Cobre	317	70	515	9.733	1.333
	2.064	3.881	571	88.397	3.161
Fertilizantes					
Potássio	-	31	-	414	-
Fosfatados	361	822	-	14.632	92
Nitrogenados	-	62	-	-	-
	361	915	-	15.046	92
Outros	410	8	3.494	10.867	911
Total	8.930	8.845	10.978	225.621	26.346

c) Resultado por segmento e receitas por área geográfica

						Consolidado
						Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
	Minerais ferrosos	Carvão	Metais básicos	Fertilizantes	Outros	Total
Resultado						
Receita de venda, líquida	55.413	1.739	20.491	7.442	414	85.499
Custos e despesas	(36.277)	(3.573)	(16.065)	(5.529)	(1.465)	(62.909)
Redução ao valor recuperável de ativos não circulante e contratos onerosos	(3.843)	(11.762)	(18.318)	(608)	(22)	(34.553)
Resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes	(494)	-	-	-	546	52
Depreciação, exaustão e amortização	(5.562)	(670)	(6.161)	(1.039)	(57)	(13.489)
Lucro (prejuízo) operacional	9.237	(14.266)	(20.053)	266	(584)	(25.400)
Resultado financeiro	(35.498)	481	(1.072)	(482)	33	(36.538)
Resultado de alienação ou baixa de participação em coligadas e joint ventures	-	-	-	-	296	296
Redução ao valor recuperável de participações em coligadas e joint ventures	(511)	-	(1.216)	-	-	(1.727)
Resultado de participações em coligadas e joint ventures	112	(13)	(495)	-	(1.111)	(1.507)
Tributos sobre o lucro	18.397	(3.241)	4.211	(460)	(28)	18.879
Prejuízo	(8.263)	(17.039)	(18.625)	(676)	(1.394)	(45.997)
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	270	(942)	(1.072)	31	(71)	(1.784)
Prejuízo atribuído aos acionistas da Vale	(8.533)	(16.097)	(17.553)	(707)	(1.323)	(44.213)
Vendas classificadas por área geográfica:						
América, exceto Estados Unidos e Brasil	1.185	64	3.697	217	-	5.163
Estados Unidos	95	-	2.640	-	69	2.804
Europa	8.293	347	6.464	431	-	15.535
Oriente Médio/África/Oceania	3.323	314	273	31	-	3.941
Japão	5.038	237	1.223	-	-	6.498
China	28.477	149	2.186	-	-	30.812
Ásia, exceto Japão e China	3.545	553	3.325	243	-	7.666
Brasil	5.457	75	683	6.520	345	13.080
Receita de venda, líquida	55.413	1.739	20.491	7.442	414	85.499

						Consolidado
						Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
	Minerais ferrosos	Carvão	Metais básicos	Fertilizantes	Outros	Total
Resultado						
Receita de venda, líquida	60.395	1.740	18.137	5.656	2.347	88.275
Custos e despesas	(35.239)	(3.410)	(12.208)	(5.002)	(2.584)	(58.443)
Redução ao valor recuperável de ativos não circulante e contratos onerosos	(2.794)	(786)	3.667	(2.800)	-	(2.713)
Resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes	-	-	(441)	-	-	(441)
Depreciação, exaustão e amortização	(4.550)	(289)	(4.226)	(980)	(63)	(10.108)
Lucro (prejuízo) operacional	17.812	(2.745)	4.929	(3.126)	(300)	16.570
Resultado financeiro	(14.611)	443	(425)	(125)	(35)	(14.753)
Resultado de alienação ou baixa de participação em coligadas e joint ventures	-	-	-	-	(68)	(68)
Redução ao valor recuperável de participações em coligadas e joint ventures	-	-	-	-	(71)	(71)
Resultado de participações em coligadas e joint ventures	1.527	76	(80)	-	(382)	1.141
Tributos sobre o lucro	(3.355)	243	(333)	1.059	(214)	(2.600)
Lucro líquido (prejuízo)	1.373	(1.983)	4.091	(2.192)	(1.070)	219
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	150	(117)	(702)	14	(80)	(735)
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Vale	1.223	(1.866)	4.793	(2.206)	(990)	954
Vendas classificadas por área geográfica:						
América, exceto Estados Unidos e Brasil	1.529	7	3.230	89	45	4.900
Estados Unidos	55	-	2.590	-	565	3.210
Europa	9.115	275	6.105	207	30	15.732
Oriente Médio/África/Oceania	3.794	259	350	7	-	4.410
Japão	6.031	453	2.030	-	16	8.530
China	28.077	178	1.507	-	-	29.762
Ásia, exceto Japão e China	5.170	550	1.934	130	1	7.785
Brasil	6.624	18	391	5.223	1.690	13.946
Receita de venda, líquida	60.395	1.740	18.137	5.656	2.347	88.275

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013						
	Minerais ferrosos	Carvão	Metais básicos	Fertilizantes	Outros	Total
Resultado						
Receita de venda, líquida	75.668	2.188	15.746	6.038	1.850	101.490
Custos e despesas	(30.329)	(3.228)	(12.256)	(6.190)	(2.296)	(54.299)
Redução ao valor recuperável de ativos não circulante e contratos onerosos	(427)	-	-	(4.963)	-	(5.390)
Resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes	-	-	(508)	-	-	(508)
Depreciação, exaustão e amortização	(3.787)	(373)	(3.792)	(928)	(73)	(8.953)
Lucro (prejuízo) operacional	41.125	(1.413)	(810)	(6.043)	(519)	32.340
Resultado financeiro	(18.917)	96	(177)	(195)	751	(18.442)
Resultado de alienação ou baixa de participação em coligadas e joint ventures	-	-	-	65	33	98
Resultado de participações em coligadas e joint ventures	1.322	91	(53)	-	(361)	999
Tributos sobre o lucro	(16.025)	616	144	115	(99)	(15.249)
Lucro líquido (prejuízo)	7.505	(610)	(896)	(6.058)	(195)	(254)
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	(83)	(82)	(115)	30	(123)	(373)
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Vale	7.588	(528)	(781)	(6.088)	(72)	119
Vendas classificadas por área geográfica:						
América, exceto Estados Unidos e Brasil	1.575	1	2.247	132	21	3.976
Estados Unidos	68	-	2.297	-	458	2.823
Europa	12.780	177	5.734	255	-	18.946
Oriente Médio/África/Oceania	4.002	297	204	36	-	4.539
Japão	6.859	649	1.340	-	-	8.848
China	39.074	351	1.839	-	-	41.264
Ásia, exceto Japão e China	5.074	673	1.914	137	1	7.799
Brasil	6.236	40	171	5.478	1.370	13.295
Receita de venda, líquida	75.668	2.188	15.746	6.038	1.850	101.490

d) Investimentos, intangível e imobilizado por área geográfica

Consolidado								
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Investimentos	Intangíveis	Imobilizado	Total	Investimentos	Intangíveis	Imobilizado	Total
Brasil	9.403	12.825	125.697	147.925	9.059	11.633	108.826	129.518
Canadá	8	7.964	41.346	49.318	11	6.248	46.424	52.683
América, exceto Brasil e Canadá	613	-	1.781	2.394	489	-	1.730	2.219
Europa	-	-	2.375	2.375	-	-	1.674	1.674
Ásia	1.433	-	20.378	21.811	903	-	18.707	19.610
Austrália	-	-	290	290	-	233	2.061	2.294
Nova Caledônia	-	-	13.749	13.749	-	-	10.996	10.996
Moçambique	-	-	1.727	1.727	-	-	14.280	14.280
Omã	-	-	3.916	3.916	-	-	2.808	2.808
Outras regiões	24	-	-	24	516	-	1	517
Total	11.481	20.789	211.259	243.529	10.978	18.114	207.507	236.599

4. Evento relevante – Rompimento da barragem da Samarco Mineração S.A. (“Samarco”)

Em 05 de novembro de 2015, a Samarco sofreu o rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro (Fundão) no Estado de Minas Gerais - Brasil, o que afetou comunidades e ecossistemas, incluindo o Rio Doce.

Como consequência do rompimento da barragem, o Governo de Minas Gerais determinou a suspensão das operações da Samarco. A Samarco está trabalhando em conjunto com as autoridades, para atender aos requisitos legais e sociais com o objetivo de mitigar os impactos ambientais e sociais causados por esse evento.

a) Impactos contábeis no investimento decorrente do rompimento da barragem

A Samarco é entidade brasileira controlada em conjunto entre a Vale e a BHP Billiton Brasil Ltda. (“BHP”), na qual cada investidor possui 50% de participação societária.

Como consequência do rompimento da barragem, a Samarco incorreu em despesas, baixa de ativos e reconheceu provisões para remediação que afetou seu balanço patrimonial e demonstração de resultado. Como a Samarco é uma *joint venture*, os efeitos do rompimento da barragem estão reconhecidos pela Vale pelo método de equivalência patrimonial, na qual o impacto no balanço patrimonial e na demonstração de resultado está limitado a participação da Companhia no capital social da Samarco, de acordo com a legislação societária brasileira. O rompimento da barragem não teve efeito no fluxo de caixa da Vale no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os impactos contábeis do investimento na Samarco nas demonstrações contábeis da Vale, incluindo os efeitos do rompimento da barragem, são os seguintes:

				Consolidado
	Investimentos	Contas a receber	Partes relacionadas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	533	63	822	1.418
Resultado de participações societárias no resultado	(533)	-	-	(533)
Dividendos recebidos	-	-	(459)	(459)
Royalties declarados	-	120	-	120
Royalties recebidos	-	(36)	-	(36)
Transferências	510	(147)	(363)	-
Redução ao valor recuperável de ativos (nota 15)	(510)	-	-	(510)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-

Conforme a legislação brasileira e os termos do acordo da *joint venture*, a Vale não tem a obrigação de prover recursos a Samarco. Adicionalmente, a Vale não recebeu nenhum pedido de assistência financeira da Samarco. Como consequência, o investimento da Vale na Samarco foi reduzido para zero e nenhum passivo foi registrado nas demonstrações contábeis da Vale. O impacto contábil de qualquer pedido de assistência financeira futuro será determinado quando este ocorrer.

b) Remediação socioambiental – Em 2015, a Samarco reconheceu provisões para remediação socioambiental com base em informações atualmente disponíveis. Existe um elevado grau de incerteza nessas provisões já que a avaliação do impacto ambiental e socioeconômico encontra-se em estágio preliminar. Eventuais obrigações não reconhecidas, consideradas passivos contingentes e, possíveis exposições futuras, incluindo o cronograma de pagamentos, não pode ser razoavelmente mensurado nesse momento. As premissas chaves utilizadas na constituição da provisão serão revisadas periodicamente considerando a avaliação do progresso do acidente, na qual poderá resultar em uma mudança material no valor da provisão nas próximas demonstrações contábeis da Samarco. Adicionalmente, as atividades de remediação foram submetidas aos reguladores e outras autoridades do governo e o escopo dessas atividades estão sujeitos à sua aprovação.

c) Contingências – Em dezembro de 2015, a União Federal, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de outros institutos interpuseram conjuntamente uma Ação Civil Pública contra a Samarco e seus acionistas, Vale e BHP. Os autores solicitam o valor aproximado de R\$ 20,2 bilhões para remediar os alegados danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. Devido à fase preliminar do procedimento judicial, não é possível fornecer um intervalo de resultados possíveis ou uma estimativa razoável do potencial risco futuro para a Vale em relação a esta alegação. Além disso, a Samarco e seus acionistas foram citados como réus em outros processos movidos por indivíduos, corporações e entidades governamentais que procuram indenização por danos pessoais, morte por negligência, lesão comercial ou econômica, quebra de contrato e violação dos estatutos. Em função desses processos pendentes estarem em estágios bastante preliminares, não é possível determinar um intervalo de possíveis desfechos ou uma estimativa confiável da exposição potencial neste momento. Portanto, nenhuma provisão está sendo reconhecida e nenhum passivo contingente foi quantificado.

A Vale S.A. e alguns de seus executivos foram citados como réus em ações cíveis no tribunal federal de Nova York, movidas pelos detentores de títulos da Vale, de acordo leis federais norte americanas. Os processos judiciais alegam que a Vale fez declarações falsas e enganosas ou omitiu divulgações sobre os riscos e perigos das operações da barragem de Fundão da Samarco e, reivindicam outras causas contra os réus por participação e supervisão da barragem de Fundão. Os autores não especificaram os valores dos prejuízos alegados nessas ações. A Vale notificou as suas seguradoras sobre o rompimento da barragem e sobre as ações civis relacionadas. A Vale pretende defender-se dessas ações e preparar uma defesa completa contra as alegações. O litígio está em um estágio preliminar. Nem todos os réus foram notificados e ainda não foi nomeado o autor/advogado principal e, nenhum cronograma foi estabelecido para a apresentação de quaisquer provas ou respostas. Como consequência da natureza preliminar destes fatos, não é possível determinar, nesse momento, um intervalo de possíveis desfechos ou estimativas confiáveis da exposição potencial, e nenhuma provisão foi reconhecida pela Vale.

d) Seguros - A Samarco está negociando com as seguradoras com base nas suas apólices de seguro de risco operacional, responsabilidade civil geral e riscos de engenharia, mas essas negociações ainda estão em um estágio inicial. Qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura para o rompimento da barragem, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização foi reconhecida nas demonstrações contábeis da Samarco.

5. Ativos mantidos para venda

	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Nacala	Energia	Nacala	Total
Ativos mantidos para venda				
Contas a receber	13	-	21	21
Outros ativos circulantes	522	-	417	417
Investimentos		233	-	233
Intangíveis	83	-	-	-
Imobilizados	15.174	1.268	7.730	8.998
Total do ativo	15.792	1.501	8.168	9.669
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda				
Fornecedores e empreiteiros	365	-	143	143
Outros passivos circulantes	51	-	151	151
Total do passivo	416	-	294	294
Ativos líquidos mantidos para venda	15.376	1.501	7.874	9.375

a) Carvão - Corredor logístico Nacala ("Nacala") - Em dezembro de 2014 a Companhia celebrou acordo com a Mitsui & Co. ("Mitsui") para vender 50% de sua participação de 70% do corredor de Nacala. Nacala é uma combinação de concessões de ferrovia e porto em construção localizada em Moçambique e no Malaui. Após a conclusão da transação a Vale compartilhará o controle de Nacala com a Mitsui e, portanto, não consolidará os ativos, passivos e resultados destas entidades. Os ativos e passivos foram classificados como ativos mantidos para venda, sem impacto no resultado. Em dezembro de 2015, a finalização da transação continua depende de certas condições. A Companhia continua comprometida com o plano da venda de 50% de sua participação.

b) Outros - Ativos de geração de energia - Em dezembro de 2013, a Companhia assinou acordos com a Cemig Geração e Transmissão SA ("Cemig GT"), como segue:

(i) a nova entidade Aliança Norte Participação S.A. foi criada e a Vale contribuiu com sua participação de 9% na Norte Energia S.A. ("Norte Energia"), companhia responsável pela construção e operação da Hidrelétrica de Belo Monte. A Vale se comprometeu a vender 49% e compartilhar controle da nova entidade para a Cemig GT. No primeiro trimestre de 2015, após ter recebido todas as aprovações regulatórias e outras condições precedentes usuais, a Companhia concluiu a transação e recebeu em caixa o montante de R\$306, reconhecendo R\$55 como resultado de alienação ou baixa de participação em coligadas e *joint ventures* (nota 6).

(ii) A nova entidade Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração") foi criada e a Vale se comprometeu a contribuir sua participação em diversos ativos de geração de energia utilizados para fornecer energia para as operações da Companhia. Em troca, a Cemig GT se comprometeu a contribuir sua participação em alguns ativos de geração de energia. No primeiro trimestre de 2015, após ter recebido todas as aprovações regulatórias e outras condições precedentes usuais, a contribuição dos ativos foi concluída e a Companhia agora detém 55% e compartilha controle da nova entidade com a Cemig GT. Um contrato de longo prazo para fornecimento de energia foi assinado entre Vale e Aliança Geração. Devido à conclusão da transação, a Companhia (i) desreconheceu os ativos mantidos para venda relacionados a essa transação; (ii) reconheceu como investimento sua participação na joint venture Aliança Geração; e (iii) reconheceu ganho de R\$546 como resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes (nota 6) com base no valor justo dos ativos transferidos pela CEMIG GT. Esta operação não tem recebimentos ou desembolsos de caixa.

6. Aquisições e desinvestimentos

Os efeitos dos desinvestimentos no resultado são os seguintes:

	Exercício findo em 31 de dezembro				
	Consolidado			Controladora	
	2015	2014	2013	2015	2014
Resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes					
Ativos de navegação	(494)	-	-	-	-
Ativos de geração de energia (nota 5)	546	-	-	546	-
Direitos minerários - CoW Indonésia (nota 29(a))	-	(441)	-	-	-
Sociedad Contractual Minera Tres Valles	-	-	(508)	-	-
	52	(441)	(508)	546	-
Resultado de venda ou alienação de investimentos em coligadas e joint ventures					
Shandong Yankuang International Coking Co., Ltd.	241	-	-	-	-
Ativos de geração de energia (nota 5)	55	-	-	55	-
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações	-	(68)	-	-	(68)
Log-in Logística Intermodal S.A.	-	-	33	-	-
Fosbrasil S.A.	-	-	65	-	-
	296	(68)	98	55	(68)
Receita financeira					
Norsk Hydro ASA	-	-	491	-	-
	-	-	491	-	-

2015

a) Desinvestimento da participação na Minerações Brasileiras Reunidas S.A. ("MBR") - A Companhia e o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus II ("FIP Multisetorial"), cujas cotas são detidas pelo Banco Bradesco BBI S.A. (parte relacionada), realizaram a venda de ações preferenciais classe A da MBR, representando 36,4% do seu capital. A Companhia recebeu em caixa R\$4 bilhões e permanecerá com 62,5% de participação no capital total da MBR, mantendo sua participação de 98,3% no capital ordinário. A participação e direitos do novo sócio foram registrados como participação de acionistas não controladores.

b) Desinvestimento de ativos de navegação - A Companhia concluiu a venda de 12 navios com capacidade de 400.000 toneladas cada. A Companhia recebeu recursos de caixa de R\$4.770 e reconheceu uma perda de R\$494 como resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes.

c) Complexos de minas de Integra e Isaac Plains - A Companhia assinou um acordo para venda de sua participação nos complexos de minas de Integra e Isaac Plains, que foram colocados em *care and maintenance* em 2014 (nota 15). A transação não teve impacto no fluxo de caixa.

d) Desinvestimento da Shandong Yankuang International Coking Co., Ltd. ("Yankuang") - A Companhia concluiu a venda de sua participação total na Yankuang, produtora de coque, metanol e outros produtos. Nesta operação, a Vale reconheceu um ganho de R\$241 como resultado de alienação ou baixa de participação em coligadas e *joint ventures*.

e) Desinvestimento da VBG-Vale BSGR Limited ("VBG") - VBG é a holding que detém os direitos minerários de Simandou, localizado na Guiné. Em abril de 2014, o Governo da Guiné revogou as concessões minerais da VBG, sem qualquer constatação de irregularidades pela Vale. Durante 2014, como resultado da perda dos direitos minerários, a Vale reconheceu *impairment* dos ativos relacionados à VBG (nota 15). Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia vendeu sua participação na VBG para seu sócio no projeto e manteve o direito a qualquer valor recuperável no projeto Simandou. A transação não teve impacto no caixa e no resultado do ano.

f) Aquisição da Facon Construção e Mineração S.A. ("Facon") - A Companhia adquiriu a totalidade das ações da Facon, uma companhia controlada pela Fagundes Construção e Mineração S.A. ("FCM"). FCM é uma prestadora de serviços logísticos da Vale Fertilizantes S.A. O negócio da Facon foi cindido da FCM com os ativos e passivos diretamente relacionados ao negócio de fertilizantes sendo transferidos para a Vale Fertilizantes S.A. A alocação do preço de compra, baseado nos valores justos dos ativos e passivos adquiridos, foi calculada em estudos realizados pela Companhia. Subsequentemente, a Facon foi incorporada à Vale Fertilizantes S.A.

Preço de compra	237
Valor de custo do imobilizado	203
Valor de custo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquido	(182)
Ajuste ao valor justo do imobilizado	114
Ágio	102

2014

g) Desinvestimento da Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("Vale Florestar") - A Companhia assinou com uma subsidiária da Suzano Papel e Celulose S.A. acordo para a venda da totalidade de sua participação no capital da Vale Florestar. A perda desta transação no valor de R\$68 foi registrada como resultado de alienação ou baixa de participação em coligadas e *joint ventures* de 2014.

2013

h) Desinvestimento da Sociedad Contractual Minera Tres Valles ("Tres Valles") - A Companhia vendeu a sua participação total na Tres Valles no montante de R\$58. Nesta operação a Vale reconheceu uma perda de R\$508 como resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes na demonstração do resultado do ano de 2013. O total da perda inclui o valor de R\$13 transferidos de ajustes acumulados de conversão.

i) Desinvestimento da Log-In Logística Intermodal S.A. ("Log-in") - A Vale promoveu leilão para a venda das ações ordinárias de sua titularidade da Log-in. Todas as ações foram vendidas por R\$233 e um ganho de R\$33 foi reconhecido como resultado de alienação em coligadas e *joint ventures* na demonstração do resultado do ano de 2013.

j) Desinvestimento da Fosbrasil S.A. ("Fosbrasil") - A Companhia assinou um acordo de venda da participação na Fosbrasil, produtora de ácido fosfórico purificado, por R\$105. Nesta operação a Vale reconheceu como resultado de alienação em coligadas e *joint ventures* um ganho de R\$65 na demonstração do resultado no ano de 2013.

k) Desinvestimento da Norsk Hydro ASA ("Hydro") - A Companhia vendeu suas ações ordinárias da Hydro por R\$4.218. Nesta operação, a Companhia reconheceu um ganho de R\$491, apresentado na demonstração do resultado do ano de 2013 como receita financeira conforme abaixo:

Balanço na data da venda	4.309
Ajustes acumulados de conversão	(952)
Resultados de investimentos disponíveis para venda	370
	3.727
Montante recebido	4.218
Ganho na venda	491

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa e bancos	7.881	5.601	77	41
Aplicações financeiras	6.141	4.954	441	644
	14.022	10.555	518	685

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. São prontamente conversíveis em caixa, sendo parte em R\$ indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI") e parte em US\$, em *Time Deposits*.

8. Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Recebíveis	5.988	8.930	36.107	30.675
Estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(225)	(230)	(81)	(76)
	5.763	8.700	36.026	30.599
Recebíveis relacionados ao mercado siderúrgico - %	75,32%	77,79%	88,83%	93,98%
Estimativas de perdas para crédito de liquidação duvidosa registradas no resultado	44	(34)	(9)	(4)
Baixas de recebíveis registradas no resultado	(18)	(14)	(5)	(1)

Os recebíveis por segmento estão apresentados na nota 3(b). Nenhum cliente isoladamente representa mais de 10% dos recebíveis ou das receitas.

9. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Estoque de produto	9.968	8.845	2.655	2.436
Estoque de material de consumo	3.807	3.111	1.175	1.219
Total	13.775	11.956	3.830	3.655

O estoque de produto por segmento está apresentado na nota 3(b).

Em 31 de dezembro de 2015 o estoque de produto é apresentado deduzido de provisões realizadas para níquel, carvão, fosfatado, manganês e minério de ferro nos montantes de R\$275 (R\$50 em 31 de dezembro 2014), R\$1.652 (R\$757 em 31 de dezembro de 2014), R\$8 (R\$0 em 31 de dezembro de 2014), R\$16 (R\$0 em 31 de dezembro de 2014) e R\$72 (R\$0 em 31 de dezembro de 2014), respectivamente.

10. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários.

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	2.949	2.806	1.291	1.189
Contribuições federais brasileiras	4.392	2.682	3.480	2.006
Outros	97	91	38	58
Total	7.438	5.579	4.809	3.253
Circulante	5.482	4.515	3.352	2.687
Não circulante	1.956	1.064	1.457	566
Total	7.438	5.579	4.809	3.253

11. Investimentos

As variações dos investimentos são as seguintes:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Saldo no início do exercício	10.978	8.397	13.044	128.615
Aquisições (i)	1.836	-	-	1.818
Adições	90	509	784	5.265
Capitalizações	965	-	-	-
Baixas (ii)	241	-	(229)	(4.000)
Ajuste de conversão	642	189	(50)	34.229
Resultado de participações societárias no resultado do período	(1.507)	1.141	999	(36.864)
Resultado de participações societárias em outros resultados abrangentes e outros	(21)	(5)	(406)	(460)
Dividendos declarados	(271)	(1.959)	(1.649)	(835)
Redução ao valor recuperável de ativos (nota 15)	(1.727)	(71)	-	(510)
Transferência para mantidos para venda - Outros (iii)	-	2.596	(4.096)	(30)
Reclassificação de ágio do ativo intangível (Nota 11)	-	-	-	-
Outros	255	181	-	289
Saldo no final do exercício	11.481	10.978	8.397	127.517

(i) Inclui a transação da Aliança Geração, conforme nota 5.

(ii) Para o consolidado refere-se à Yanguang, conforme nota 6, para o exercício findos em 31 de dezembro 2015.

(iii) Refere-se à Vale Florestar e VLI no exercício findos em 2014 e Hydro no exercício findos em 2013.

Investimentos (continuação)

	% de participação	% de capital votante	Investimentos		Resultado de participações societárias no resultado			Dividendos recebidos (v)		
			Em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro			Exercício findo em 31 de dezembro		
			2015	2014	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Controladas										
Aços Laminados do Pará S.A.	100,00	100,00	339	332	-	-	(5)	-	-	-
Biopalma da Amazônia S.A.	93,90	93,90	436	646	(593)	(267)	(219)	-	-	-
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba	100,00	100,00	531	385	456	349	259	188	341	263
Companhia Mineradora Miski Mayo S.A.C.	40,00	51,00	679	563	20	10	20	83	-	81
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	100,00	100,00	46	1.150	(1.184)	394	351	147	456	279
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	58,93	98,32	6.549	5.201	557	225	(211)	324	-	341
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - Ágio	-	-	4.060	4.060	-	-	-	-	-	-
Potássio Rio Colorado S.A.	100,00	100,00	42	1.474	5	(78)	(5.883)	-	-	-
Salobo Metais S.A.	100,00	100,00	8.166	7.591	696	142	(68)	-	-	-
Vale International Holdings GmbH	100,00	100,00	13.359	7.283	2.069	(4.238)	(126)	-	-	-
Vale Canada Holdings Inc.	100,00	100,00	6.206	5.127	(21)	(20)	(16)	-	-	-
Vale Canada Limited	100,00	100,00	16.794	21.769	(18.189)	(566)	(1.798)	-	-	-
Vale Fertilizantes S.A.	100,00	100,00	14.842	13.342	(780)	(2.042)	(189)	-	-	-
Vale International S.A.	100,00	100,00	25.182	21.212	(3.056)	(8.248)	3.921	-	-	-
Vale Malaysia Minerals Sdn. Bhd.	100,00	100,00	4.201	3.251	(467)	(100)	70	-	-	-
Vale Manganês S.A.	100,00	100,00	676	721	(45)	57	(22)	-	-	-
Vale Mina do Azul S.A.	100,00	100,00	-	-	-	88	163	-	19	-
Vale Moçambique S.A.	100,00	100,00	2.108	14.480	(13.942)	(378)	(73)	-	-	-
Vale Shipping Holding Pte. Ltd.	100,00	100,00	10.945	7.432	(99)	528	379	-	-	-
Outros			875	1.618	(784)	(23)	529	538	93	72
			116.036	117.637	(35.357)	(14.167)	(2.918)	1.280	909	1.036
Joint ventures										
Aliança Geração de Energia S.A. (i)	55,00	55,00	1.876	-	173	-	-	115	-	-
Aliança Norte Energia Participações S.A. (i)	51,00	51,00	316	-	2	-	-	-	-	-
California Steel Industries, Inc.	50,00	50,00	613	489	(90)	27	44	-	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	50,00	50,00	242	228	85	72	42	67	39	47
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização (i)	50,89	51,00	222	213	50	60	3	44	25	20
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização (i)	50,90	51,00	194	162	69	60	15	36	13	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização (i)	51,00	51,11	406	378	152	152	40	102	114	51
Companhia Siderúrgica do Pecém (ii)	50,00	50,00	879	1.925	(1.047)	(101)	(24)	-	-	-
Minas da Serra Geral S.A. (vi)	50,00	50,00	50	53	(7)	2	-	-	-	-
MRS Logística S.A.	48,16	46,75	1.436	1.355	143	179	222	87	108	149
Norte Energia S.A. (ii) (iii)	-	-	-	241	-	(28)	(4)	-	-	-
Samarco Mineração S.A. (iv)	50,00	50,00	-	533	(533)	884	1.069	459	906	1.323
Outros			92	43	(4)	11	(23)	2	1	2
			6.326	5.620	(1.007)	1.318	1.384	912	1.206	1.592
Coligadas										
Henan Longyu Energy Resources Co., Ltd.	25,00	25,00	1.194	943	(13)	76	91	109	75	90
Mineração Rio Grande do Norte S.A.	40,00	40,00	364	243	144	17	21	12	21	39
Teal Minerals Inc.	50,00	50,00	-	514	(482)	(81)	(53)	-	-	-
Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico Ltd.	26,87	26,87	-	545	(274)	(142)	(351)	-	-	-
VLI S.A.	37,60	37,60	3.038	2.945	156	114	-	25	-	-
Zhuhai YPM Pellet Co.	25,00	25,00	92	64	1	1	1	-	-	-
Outros			467	104	(32)	(162)	(94)	6	-	115
			5.155	5.358	(500)	(177)	(385)	152	96	244
Total das joint ventures e coligadas			11.481	10.978	(1.507)	1.141	999	1.064	1.302	1.836
Total			127.517	128.615	(36.864)	(13.026)	(1.919)	2.344	2.211	2.872

- (i) Embora a Companhia detenha a maioria dos votos, as entidades são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial devido a acordos de acionistas.
- (ii) Estágio pré-operacional.
- (iii) A participação da Companhia na Norte Energia S.A. passou a ser detido indiretamente através da Aliança Norte Energia Participações S.A. (nota 5).
- (iv) Nota 4.
- (v) Os dividendos recebidos pela Controladora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram R\$1.972 e R\$2.052, respectivamente.
- (vi) A Companhia ofereceu R\$51 para adquirir os 50% de participação adicional. É esperado que a transação seja completada em 2016.

As informações (base 100%) das controladas com participação de acionistas não controladores (onde outros investidores tem participação nas atividades do Grupo), coligadas e *joint ventures* relevantes são as seguintes:

	31 de dezembro de 2015						
	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Dividendos pagos	Lucro líquido (prejuízo)
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
Controladas com participação de acionistas não controladores							
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	2.901	11.372	733	608	12.932	324	911
Coligadas e joint ventures							
Aliança Geração de Energia S.A.	255	3.572	138	277	3.412	209	314
Companhia Siderúrgica do Pecém	1.036	11.937	2.060	9.156	1.757	-	(2.094)
Henan Longyu Energy Resources Co., Ltd.	3.447	2.065	421	311	4.780	436	(51)
MRS Logística S.A.	1.263	6.674	1.529	3.426	2.982	144	297
VLI S.A.	1.963	11.597	1.994	3.486	8.080	72	414

	31 de dezembro de 2014						
	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Dividendos pagos	Lucro líquido (prejuízo)
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
Controladas com participação de acionistas não controladores							
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	1.150	6.758	649	1.073	6.186	-	350
Coligadas e joint ventures							
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	-	1	(1)	-	(1)
Henan Longyu Energy Resources Co., Ltd.	3.053	1.285	173	392	3.773	300	305
MRS Logística S.A.	811	6.367	1.103	3.227	2.848	223	376
VLI S.A.	1.947	8.985	1.708	1.389	7.835	-	303

12. Participação de acionistas não controladores

	Patrimônio líquido		Ganho (perda) atribuído aos acionistas não controladores		
	Saldo em		Exercício findo em 31 de dezembro		
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	2015	2014	2013
Biopalma da Amazônia S.A.	24	91	(73)	(81)	(94)
Compañia Mineradora Miski Mayo S.A.C.	1.018	753	31	14	30
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	5.311	104	255	6	(1)
PT Vale Indonesia Tbk	2.894	1.955	19	156	39
Vale Nouvelle Calédonie S.A.S.	214	467	(1.054)	(845)	(147)
Vale Oman Pelletizing LLC	262	179	22	17	25
Outros	(1.464)	(362)	(984)	(2)	(225)
	8.259	3.187	(1.784)	(735)	(373)

13. Intangíveis

As variações dos intangíveis são as seguintes:

Consolidado					
	Vida útil indefinida	Vida útil definida			
	Ágio (i)	Concessões	Direito de uso (ii)	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.698	4.466	594	1.338	16.096
Adições	-	2.005	259	579	2.843
Baixas	-	(17)	-	-	(17)
Amortização	-	(578)	(89)	(455)	(1.122)
Impairment (nota 15)	(1.223)	-	-	-	(1.223)
Ajuste de conversão	208	-	25	-	233
Outros	1.304	-	-	-	1.304
Total	9.987	5.876	789	1.462	18.114
Custo	9.987	9.086	1.375	3.603	24.051
Amortização acumulada	-	(3.210)	(586)	(2.141)	(5.937)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.987	5.876	789	1.462	18.114
Adições	-	1.770	-	397	2.167
Baixas	-	(64)	-	(1)	(65)
Amortização	-	(498)	(141)	(508)	(1.147)
Impairment (nota 15)	(314)	-	-	-	(314)
Ajuste de conversão	1.769	-	163	-	1.932
Aquisição de subsidiária (nota 6(f))	102	-	-	-	102
Total	11.544	7.084	811	1.350	20.789
Custo	11.544	10.109	1.814	3.997	27.464
Amortização acumulada	-	(3.025)	(1.003)	(2.647)	(6.675)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.544	7.084	811	1.350	20.789

(i) O ágio está alocado principalmente nos segmentos de minério de ferro e níquel nos montantes de R\$4.060 e R\$7.276, respectivamente.

(ii) Refere-se ao contrato de usufruto celebrado com acionistas não controladores para uso das ações da Empreendimentos Brasileiros de Mineração S.A. (detentora das ações da Minerações Brasileiras Reunidas S.A.) e intangíveis identificados na combinação de negócios da Vale Canada Limited ("Vale Canada"). A amortização do direito de uso será finalizada em 2037 e dos intangíveis da Vale Canadá finaliza em Setembro de 2046. As concessões são acordos com o governo brasileiro para a exploração e desenvolvimento de portos e ferrovias.

Controladora					
	Vida útil indefinida	Vida útil definida			
	Ágio	Concessões	Direito de uso	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.698	4.466	134	1.338	15.636
Adições	-	2.005	-	579	2.584
Baixas	-	(17)	-	-	(17)
Amortização	-	(578)	(5)	(455)	(1.038)
Impairment (nota 15)	(1.223)	-	-	-	(1.223)
Ajuste de conversão	208	-	-	-	208
Reclassificação para investimentos (i)	(9.987)	-	-	-	(9.987)
Outros	1.304	-	-	-	1.304
Total	-	5.876	129	1.462	7.467
Custo	-	9.086	223	3.603	12.912
Amortização acumulada	-	(3.210)	(94)	(2.141)	(5.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	5.876	129	1.462	7.467
Adições	-	1.770	-	397	2.167
Baixas	-	(64)	-	(1)	(65)
Amortização	-	(498)	(6)	(508)	(1.012)
Total	-	7.084	123	1.350	8.557
Custo	-	10.109	224	3.997	14.330
Amortização acumulada	-	(3.025)	(101)	(2.647)	(5.773)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	7.084	123	1.350	8.557

(i) A Controladora reclassificou o montante total do ágio de intangível para investimentos, para melhor apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa reclassificação no ativo não circulante não teve impacto no patrimônio líquido e no resultado da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

14. Imobilizados

No consolidado, os valores líquidos dos ativos imobilizados dados em garantias de processos judiciais correspondem em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a R\$174 e R\$179, respectivamente. Para a controladora, os valores dados em garantia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são R\$173 e R\$179, respectivamente.

As variações dos imobilizados são as seguintes:

								Consolidado
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Ativos minerários	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.215	18.236	25.622	19.689	38.129	24.642	62.775	191.308
Adições (i)	-	-	-	-	-	-	27.107	27.107
Baixas (ii)	(8)	(113)	(24)	(18)	(665)	(70)	(567)	(1.465)
Depreciação e amortização	-	(1.053)	(1.945)	(2.413)	(2.576)	(1.994)	-	(9.981)
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	(27)	(129)	(225)	(6)	(7.344)	(7.731)
Impairment (nota 15)	-	1.407	(124)	296	(2.978)	(43)	(48)	(1.490)
Ajuste de conversão	153	(413)	(536)	2.208	5.595	(972)	3.724	9.759
Transferências	479	12.891	5.755	5.036	2.374	7.538	(34.073)	-
Total	2.839	30.955	28.721	24.669	39.654	29.095	51.574	207.507
Custo	2.839	37.569	41.831	38.200	55.687	39.543	51.574	267.243
Depreciação acumulada	-	(6.614)	(13.110)	(13.531)	(16.033)	(10.448)	-	(59.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.839	30.955	28.721	24.669	39.654	29.095	51.574	207.507
Adições (i)	-	-	-	-	-	-	32.370	32.370
Baixas	(11)	(27)	(141)	(290)	(438)	(5.395)	(83)	(6.385)
Baixa de obrigações para desmobilização de ativos	-	-	-	-	(1.294)	-	-	(1.294)
Depreciação e amortização	-	(1.823)	(2.349)	(3.519)	(2.869)	(2.557)	-	(13.117)
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	-	-	(504)	-	-	(504)
Impairment (nota 15)	(49)	(7.028)	(3.221)	(4.228)	(3.775)	(7.872)	(6.684)	(32.857)
Ajuste de conversão	222	3.258	1.947	5.207	8.492	4.711	1.385	25.222
Transferências	(12)	10.203	7.421	6.692	968	9.837	(35.109)	-
Aquisição de subsidiária (nota 6(f))	-	-	-	1	-	316	-	317
Total	2.989	35.538	32.378	28.532	40.234	28.135	43.453	211.259
Custo	2.989	53.522	51.357	47.757	66.592	41.459	43.453	307.129
Depreciação acumulada	-	(17.984)	(18.979)	(19.225)	(26.358)	(13.324)	-	(95.870)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.989	35.538	32.378	28.532	40.234	28.135	43.453	211.259

(i) Inclui juros capitalizados e obrigações para desmobilização de ativos, vide fluxo de caixa.

(ii) Inclui a venda de CoW Indonesia (nota 29(a)).

								Controladora
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos	Ativos minerários	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.322	9.449	14.350	5.641	2.366	8.680	28.897	70.705
Adições (i)	-	-	-	-	-	-	15.841	15.841
Adições por desenvolvimento interno	-	52	5	69	70	32	72	300
Baixas	-	(23)	(2)	(21)	-	(10)	(297)	(353)
Depreciação e amortização	-	(350)	(904)	(785)	(322)	(1.106)	-	(3.467)
Impairment (nota 15)	-	1.515	84	307	2.362	27	-	4.295
Transferências	130	2.721	3.804	1.886	(80)	2.197	(10.658)	-
Total	1.452	13.364	17.337	7.097	4.396	9.820	33.855	87.321
Custo	1.452	15.631	22.367	11.368	5.278	16.016	33.855	105.967
Depreciação acumulada	-	(2.267)	(5.030)	(4.271)	(882)	(6.196)	-	(18.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.452	13.364	17.337	7.097	4.396	9.820	33.855	87.321
Adições (i)	-	-	-	-	-	-	14.328	14.328
Baixas	(11)	(10)	(19)	(138)	(4)	(5)	-	(187)
Baixa de obrigações para desmobilização de ativos	-	-	-	-	(937)	-	-	(937)
Depreciação e amortização	-	(511)	(924)	(972)	(341)	(1.160)	-	(3.908)
Impairment (nota 15)	-	480	23	90	370	(30)	(663)	270
Transferências	231	6.223	2.962	2.294	731	5.578	(18.019)	-
Total	1.672	19.546	19.379	8.371	4.215	14.203	29.501	96.887
Custo	1.672	22.405	25.195	13.401	5.462	21.235	29.501	118.871
Depreciação acumulada	-	(2.859)	(5.816)	(5.030)	(1.247)	(7.032)	-	(21.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.672	19.546	19.379	8.371	4.215	14.203	29.501	96.887

(i) Inclui juros capitalizados e obrigações para desmobilização de ativos, vide fluxo de caixa.

15. Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment") e contratos onerosos

Com base na política contábil descrita na nota 31(I), a Companhia identificou evidências de *impairment* em alguns investimentos, intangíveis e imobilizados. Os ajustes de *impairment* e reversões estão apresentados abaixo:

Segmentos por classe de ativos	Ativos ou unidade geradora de caixa	Valor recuperável	Impairment (reversões)		
			2015	2014	2013
Ativo Imobilizado					
Minério de ferro	Sistema centro-oeste	-	2.023	-	-
Minério de ferro	Projeto de Simandou	-	-	2.794	-
Minério de ferro	Outros	-	133	-	-
Pelotas	Sistema Norte (operações paralisadas)	-	213	-	-
Pelotas	Ativos de pelotização	-	-	-	427
Pelotas	Outros	-	12	-	-
Outros produtos e serviços ferrosos	Outros	-	80	-	-
Carvão	Moçambique	6.751	9.302	-	-
Carvão	Austrália	286	2.146	787	-
Níquel	Newfoundland (VNL)	9.188	13.394	-	-
Níquel	Nova Caledônia (VNC)	14.545	5.660	628	-
Níquel	Onça Puma	9.102	(976)	(4.295)	-
Níquel	Outros	-	102	-	-
Cobre	Outros	-	138	-	-
Potássio	Potássio Rio Colorado	78	2.123	-	4.963
Fosfatados	Fosfato	15.002	(1.515)	1.576	-
Outros	Outros	-	22	-	-
			32.857	1.490	5.390
Intangível					
Carvão	Austrália	-	314	-	-
Fosfatados	Fosfato	-	-	1.223	-
Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes			33.171	2.713	5.390
Contratos onerosos					
Minério de ferro	Sistema centro-oeste		1.382	-	-
Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes e contratos onerosos			34.553	2.713	5.390
Investimentos em coligadas e joint ventures					
Pelotas	Samarco Mineração S.A.	-	510	-	-
Cobre	Teal Minerals Inc.	-	1.217	-	-
Outros	Vale Soluções em Energia S.A.	-	-	71	-
Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e joint ventures			1.727	71	

a) Impairment de ativos não circulantes

De acordo com as políticas contábeis da Companhia, cada UGC é avaliada a cada data exercício para determinar se há quaisquer indicativos de *impairment*. Caso esses indicadores de *impairment* existam, uma estimativa do valor recuperável é realizada.

Ao avaliar se um *impairment* é necessário, o valor contábil do ativo ou UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo da UGC menos os custos de venda ("VJMCV") e o valor em uso. Se um *impairment* foi reconhecido em anos anteriores e circunstâncias atuais indicam que o *impairment* deixou de ser aplicável, uma reversão do *impairment* é reconhecida.

O VJMCV é calculado UGC e é estimado com base em de fluxos de caixa descontados, considerando o mercado com base em preços de commodities, planos de cinco anos de vida útil das minas da UGC, reservas e recursos minerais, custos e investimentos com base na melhor estimativa de desempenho passada e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas em relatórios publicados pela indústria, considerando o preço de mercado quando disponíveis e apropriados.

A determinação do VJMCV para cada UGC é considerada uma mensuração de valor justo de nível 3, já que são derivados de técnicas de avaliação que incluem dados que não são baseadas em mercado observáveis. As premissas mais sensíveis foram taxa de desconto e preços. Os ativos foram testados considerando o modelo VJMCV, exceto para o Sistema Norte.

Estes fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto após os impostos entre 6% a 10%. A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete avaliações de mercado da inflação e os riscos específicos para a UGC.

As premissas de preços utilizados no cálculo do VJMCV foram intervalos (em US\$ por tonelada) de 48 a 65 para minério de ferro, 85 a 140 para carvão, 13.000 a 20.000 para níquel e 105 a 125 para fosfatados.

Minério de ferro e pelotas - O sistema Centro-Oeste é composto das minas de Corumbá e o sistema de hidrovias do Paraná e Paraguai. Em 2015, houve uma reestruturação significativa nas operações, que inclui a redução de produção e a revisão da estratégia de frete. Com essa reestruturação, o sistema Centro-Oeste é avaliado como uma UGC independente das demais operações de minério de ferro. Até 2014, essa UGC era parte da UGC de minério de ferro. A redução dos preços de minério de ferro e o custo logístico levaram à necessidade de *impairment* de R\$2.023. O *impairment* no montante de R\$213 refere-se às usinas de pelotização do Sistema Norte que foram paralisadas.

Para o projeto Simandou, a Vale reconheceu um *impairment* de R\$2.794 em 2014, referente à revogação de concessões minerais na Guiné da VBG-Vale BSGR Limited ("VBG"), antiga subsidiária da Vale. Durante o primeiro trimestre de 2015, o investimento foi vendido (nota 6(e)).

Para contratos avaliados como onerosos, provisões são realizadas para o valor presente de certos contratos de longo prazo, onde se espera que custos obrigatórios da Companhia para atender as obrigações excedem os benefícios a serem recebidos. Em 2015, a Companhia reconheceu provisão para perdas relativas ao transporte fluvial, no valor de R\$1.382, em outras despesas no balanço patrimonial.

Carvão - A redução na estimativa dos preços futuros de carvão combinado com os custos logísticos diminuíram o valor recuperável líquido estimado dos ativos de Moçambique, registrando um *impairment* de R\$9.302. Os ativos de carvão na Austrália também foram impactados pelos preços e a revisão de futuros planos de operação em 2015, registrando um *impairment* de R\$2.460. O *impairment* de R\$787 registrado em 2014 refere-se aos complexos de minas Integra e Isaac Plans, que foram vendidos durante o quarto trimestre de 2015.

Níquel - Durante os testes de *impairment* em 2014, a Companhia identificou que indicativos que causaram o *impairment* reconhecido em anos anteriores para Onça Puma já não eram aplicáveis. Isso ocorreu basicamente devido à recuperação da produção de Onça Puma, que voltou a operar normalmente há mais de dois anos. Parte do *impairment* no montante de R\$4.295 reconhecido em 2012 foi revertido. O montante de R\$976 foi revertido em 2015.

Em 2015, a VNL foi identificada como um UGC separada (anteriormente parte da UGC de níquel do Canadá) devido a uma mudança de localização de minério processado (concentrado de níquel) da mina de VNL, que agora deve ser processado em Long Harbor e não mais nas operações de Sudbury em Ontário.

A redução das projeções de preços de longo prazo de níquel, que reduziram significativamente os valores recuperáveis das UGC de VNC e a VNL, comparados com os valores contábeis que refletiram investimentos de capital significantes em novas instalações de processamento nos últimos anos, resultou na perda de *impairment* no montante de R\$19.054 para essas UGC.

Do total do goodwill (nota 13), R\$7.276 estão alocados na UGC de níquel, a qual foi testada com base no VJMCV determinado por fluxos de caixa baseados em orçamentos aprovados e premissas de mercado, considerando reservas e recursos minerais e valor adicional calculados por especialistas, custos e investimentos baseados na melhor estimativa de resultados passados e preços de venda de níquel em um intervalo de 13.000 a 20.000 (em US\$ por tonelada). Os fluxos de caixa utilizados são baseados na vida útil de cada UGC e consideram a taxa de desconto em um intervalo de 6% a 8%.

Fertilizantes - O cenário de depreciação do R\$ contra US\$ tiveram um impacto favorável sobre o negócio de fosfatados no Brasil em 2015, revertendo o montante total de *impairment* registrado em 2014 no montante de R\$1.515.

A maior parte do saldo remanescente dos ativos na PRC foi reduzida ao seu valor recuperável em 2015, já que a Administração não tem uma expectativa de recuperar os montantes investidos no projeto. Um *impairment* de R\$2.123 e R\$4.963 foi reconhecido em 2015 e 2013, respectivamente.

b) *Impairment* de investimentos em coligadas e joint ventures

Em 2015, a Companhia reconheceu *impairment* de R\$510 no seu investimento na Samarco (nota 4) e R\$1.217 na Teal Minerals Inc. ("Teal"). A Teal reconheceu *impairment* do imobilizado devido à revisões de futuros planos de operação e à queda do preço do cobre.

16. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

	Consolidado			
	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contratos de dívida no mercado internacional				
Títulos com juros variáveis em:				
US\$	943	950	20.203	13.531
Outras moedas	-	-	-	7
Títulos com juros fixos em:				
US\$	4.651	183	50.463	35.166
EUR	-	-	6.376	4.841
Outras moedas	56	-	659	-
Encargos incorridos	1.274	887	-	-
	6.924	2.020	77.701	53.545
Contratos de dívida no Brasil				
Títulos com juros variáveis em:				
R\$, indexados à TJLP, TR, IPCA, IGP-M e CDI	827	785	18.388	14.617
Cesta de moedas e títulos em US\$ indexados a LIBOR	1.133	561	5.239	3.623
Títulos com juros fixos em:				
R\$	246	128	1.047	964
Encargos incorridos	658	274	503	-
	2.864	1.748	25.177	19.204
	9.788	3.768	102.878	72.749

	Controladora			
	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contratos de dívida no mercado internacional				
Títulos com juros variáveis em:				
US\$	567	670	16.829	11.721
Títulos com juros fixos em:				
US\$	937	159	9.020	3.984
EUR	-	-	6.376	4.841
Encargos incorridos	479	338	-	-
	1.983	1.167	32.225	20.546
Contratos de dívida no Brasil				
Títulos com juros variáveis em:				
R\$, indexados por à TJLP, TR, IPCA, IGP-M e CDI	780	734	17.658	13.511
Cesta de moedas e títulos em US\$ indexados a LIBOR	1.125	554	5.227	3.609
Títulos com juros fixos em:				
R\$	190	123	876	876
Encargos incorridos	658	275	-	-
	2.753	1.686	23.761	17.996
	4.736	2.853	55.986	38.542

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros), por natureza de captação, são os seguintes:

	Consolidado				Controladora	
	Empréstimos bancários (i)	Mercado de capitais (i)	Agências de desenvolvimento (i)	Principal da dívida (i)	Fluxo estimado de pagamento de juros (ii)	Principal da dívida (i)
2016	1.023	3.713	3.119	7.855	5.765	3.599
2017	3.869	4.733	3.583	12.185	5.903	6.158
2018	6.710	3.188	4.133	14.031	6.063	13.326
2019	2.258	3.905	4.839	11.002	5.647	6.444
2020	6.063	5.005	3.153	14.221	4.773	8.692
2021	1.129	300	3.209	4.638	4.251	3.822
Entre 2022 e 2025	3.800	12.790	3.561	20.151	10.936	11.066
2026 em diante	345	25.315	488	26.148	24.577	6.478
	25.197	58.949	26.085	110.231	67.915	59.585

(i) Não estão incluídos encargos incorridos.

(ii) Consiste no fluxo estimado de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2015 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de juros (ainda não provisionados), além dos juros já reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2015, as taxas de juros anuais por moeda são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
Empréstimos e financiamentos em	Taxa de juros média (i)	Dívida total	Taxa de juros média (i)	Dívida total
US\$	4,63%	83.682	3,03%	33.961
R\$ (ii)	10,78%	21.638	10,85%	20.129
EUR (iii)	4,06%	6.632	4,06%	6.632
Outras moedas	5,94%	714	0,00%	-
		112.666		60.722

(i) Para determinar a taxa de juros média dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou a última taxa renegociada em 31 de dezembro de 2015.

(ii) Empréstimos em R\$, cuja remuneração é atrelada à variação acumulada da taxa do IPCA, CDI, TR ou TJLP mais spread. Para o montante de R\$14.730, a Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa da dívida flutuante em R\$, resultando em um custo médio de 2,07% a.a. em US\$.

(iii) Eurobonds, para os quais a Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa da dívida em EUR, resultando em um custo médio de 4,41% a.a. em US\$.

b) Linhas de crédito e financiamento

Tipo	Moeda de contrato	Data da abertura	Período do contrato	Montante total	Montante disponível 31 de dezembro de 2015
Linhas de crédito					
Linhas de crédito rotativas	US\$	Maio 2015	5 anos	11.714	11.714
Linhas de crédito rotativas	US\$	Julho 2013	5 anos	7.810	7.810
Linhas de financiamento					
BNDES (i)	R\$	Abril 2008	10 anos	7.300	1.426
BNDES - CLN 150	R\$	Setembro 2012	10 anos	3.883	20
BNDES - S11D e S11D Logística	R\$	Maio 2014	10 anos	6.163	1.500

(i) Data da assinatura do *Memorandum of Understanding*, porém o prazo é contado a partir da data de assinatura de cada aditivo. Esta linha apoiou ou apoia os projetos Usina VIII, Onça Puma, Salobo I e II e projetos de capital Itabira.

Em janeiro de 2016 (evento subsequente), a Companhia sacou US\$3.000 de suas linhas de crédito rotativo. O montante de US\$ 1.800 foi sacado pela Vale International S.A. e US\$1.200 (R\$4.686) pela Controladora.

c) Captações

Em 2015, a Vale emitiu debêntures de infraestrutura no montante de R\$1.350 e notas de crédito de exportação no montante de R\$ 1.500.

d) Garantias

Em 31 de dezembro 2015 e 2014 a Companhia possui empréstimos e financiamento no montante de R\$1.937 e R\$3.485, respectivamente, garantidos por ativo imobilizado e recebíveis.

Os títulos emitidos pela Companhia através de sua controlada financeira Vale Overseas Limited estão total e incondicionalmente garantidos pela Vale.

e) Covenants

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e de cobertura de juros. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

17. Obrigações para desmobilização de ativos

A Companhia utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura as obrigações da descontinuação de uso de ativos. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações.

As taxas de juros de longo prazo (ao ano, utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão) e as variações na provisão para obrigações para desmobilização de ativos são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldo no início do exercício	8.949	6.194	3.195	1.946
Encargos financeiros	214	465	135	201
Liquidações	(298)	(100)	(12)	(23)
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa (i)	(524)	2.217	(1.944)	973
Ajuste de conversão	1.318	173	-	-
Incorporação de controlada	-	-	-	98
Saldo no final do exercício	9.659	8.949	1.374	3.195
Circulante	346	361	83	89
Não circulante	9.313	8.588	1.291	3.106
	9.659	8.949	1.374	3.195
Brasil	7,28%	5,51%	7,28%	5,51%
Canadá	0,59%	2,05%		
Outras regiões	1,12% - 5,91%	1,61% - 8,81%		

(i) Inclui apenas os impactos nas despesas operacionais e imobilizados.

18. Processos judiciais

a) Provisões para processos judiciais

A Vale é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de consultores legais.

As variações dos processos judiciais são as seguintes:

	Consolidado				
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2013	771	498	1.653	67	2.989
Adições	237	98	558	77	970
Reversões	44	(247)	(318)	(32)	(553)
Pagamentos	(94)	(46)	(111)	-	(251)
Atualizações monetárias	97	1	98	12	208
Ajuste de conversão	33	7	(4)	6	42
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.088	311	1.876	130	3.405
Adições	527	276	567	2	1.372
Reversões	(593)	(190)	(463)	(15)	(1.261)
Pagamentos	(151)	(129)	(225)	(215)	(720)
Atualizações monetárias	54	40	16	126	236
Ajuste de conversão	127	1	-	50	178
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.052	309	1.771	78	3.210

	Controladora				
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2013	280	221	1.472	35	2.008
Adições	217	183	578	72	1.050
Reversões	(23)	(207)	(304)	(32)	(566)
Pagamentos	(79)	(42)	(100)	7	(214)
Atualizações monetárias	41	31	86	12	170
Saldo em 31 de dezembro de 2014	436	186	1.732	94	2.448
Adições	370	173	508	2	1.053
Reversões	(535)	(139)	(418)	(14)	(1.106)
Pagamentos	(156)	(7)	(211)	(34)	(408)
Atualizações monetárias	217	28	(49)	7	203
Saldo em 31 de dezembro de 2015	332	241	1.562	55	2.190

i. Provisões para processos trabalhistas - Consistem em processos realizados por empregados e prestadores de serviços, referentes à relação empregatícia. As ações relevantes referem-se a pagamento de horas extras, horas “*intinere*”, adicional de periculosidade e insalubridade. As contingências do Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”) referem-se a discussões judiciais e administrativas entre o INSS e a Vale devido a incidência ou não dos encargos previdenciários.

b) Passivos contingentes - Passivos contingentes consistem em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada como possível, as quais o reconhecimento de provisão não é considerado necessário pela Companhia, baseado nos consultores legais.

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Processos tributários	20.796	16.187	15.839	13.084
Processos cíveis	5.214	3.734	4.351	2.962
Processos trabalhistas	7.288	5.194	6.383	4.491
Processos ambientais	5.393	2.981	5.224	2.881
Total	38.691	28.096	31.797	23.418

i. Processos tributários - As causas tributárias mais significativas referem-se a contestações das autoridades tributárias do governo brasileiro sobre a dedutibilidade dos pagamentos da contribuição social para fins do imposto de renda e exigências das autoridades dos governos estaduais para pagamentos adicionais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) sobre o nosso uso dos créditos do ICMS sobre as vendas e transmissão de energia.

ii. Processos cíveis - A maioria dessas reclamações tem sido apresentada pelos fornecedores e referem-se a indenizações de contratos de construção, principalmente supostos prejuízos, pagamentos e multas contratuais. Outras reclamações envolvem disputas sobre cláusulas contratuais de indexação da inflação.

iii. Processos trabalhistas - Estas reclamações representam um grande número de reclamações individuais de (i) empregados e fornecedores de serviços, envolvendo principalmente remuneração adicional sobre horas extras, horas “*intinere*”, adicional de periculosidade e insalubridade; e (ii) reclamações com o Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”) relacionadas a contribuições sobre programas de remuneração baseados nos lucros.

iv. Processos ambientais - As reclamações mais significativas referem-se a alegados vícios processuais na obtenção de licenças, não cumprimentos de licenças ambientais existentes ou prejuízos ambientais.

c) Depósitos judiciais - Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Processos tributários	822	940	531	664
Processos cíveis	399	333	135	115
Processos trabalhistas	2.163	2.096	1.984	1.942
Processos ambientais	61	1	57	-
Total	3.445	3.370	2.707	2.721

d) Outros

No terceiro trimestre de 2015, a Companhia ingressou com ação executória no montante de R\$524 referente à decisão transitada em julgado, em favor da mesma, da correção monetária dos depósitos compulsórios do setor elétrico do período de 1987 a 1993. No presente momento não é possível estimar o valor do benefício econômico a ser recebido em função de ainda caber à contraparte recurso sobre o cálculo apresentado. Consequente, o ativo não foi reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia.

Em 30 de abril de 2014, a Rio Tinto plc (“Rio Tinto”) ajuizou uma ação judicial contra a Companhia, a BSGR e outros réus perante o Tribunal Regional dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, alegando violações da Lei Americana de Combate às Organizações Corruptas Influenciadas pelo Crime Organizado (U.S. Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act – RICO) com relação à perda de certos direitos de mineração em Simandou, à cessão desses direitos à BSGR pelo Governo da Guiné e o subsequente investimento da Vale na VBG. Em novembro de 2015 a Vale recebeu a decisão de extinção do processo do Tribunal de Justiça.

19. Tributos sobre o lucro - Programa de refinanciamento ("REFIS")

Em novembro de 2013, a Companhia decidiu aderir ao programa de refinanciamento de tributos sobre o lucro ("REFIS") para o pagamento dos valores relativos aos tributos incidentes sobre o lucro de suas subsidiárias e afiliadas estrangeiras de 2003 a 2012.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$17.301 (R\$1.348 no circulante e R\$15.953 no não circulante) é devido em 154 parcelas mensais, com juros à taxa SELIC.

20. Tributos sobre o lucro

a) Imposto de renda diferido

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Resultado fiscal a compensar	25.181	4.348	12.294	375
Diferenças temporárias:				
Fundo de pensão	2.114	1.783	365	311
Provisão para processos judiciais	892	970	745	832
Perdas estimadas de ativos	2.807	2.489	1.479	1.513
Valor justo de instrumentos financeiros	3.215	3.563	3.215	3.059
Mais valia vinculado a bens adquiridos	(10.067)	(12.831)	-	-
Outros	205	1.364	(806)	340
	(834)	(2.662)	4.998	6.055
Total	24.347	1.686	17.292	6.430
Ativo	30.867	10.560	17.292	6.430
Passivo	(6.520)	(8.874)	-	-
	24.347	1.686	17.292	6.430

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado			Controladora
	Ativo	Passivo	Total	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10.596	7.562	3.034	7.418
Efeitos no resultado	(52)	196	(248)	(1.089)
Transferências (incluindo entre ativos e passivos)	(220)	930	(1.150)	-
Ajuste de conversão	147	295	(148)	-
Incorporação de subsidiária	-	-	-	12
Outros resultados abrangentes	89	(109)	198	89
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.560	8.874	1.686	6.430
Efeitos no resultado (i)	15.226	(5.000)	20.226	10.816
Transferências (incluindo entre ativos e passivos)	548	548	-	-
Ajuste de conversão	1.042	2.049	(1.007)	-
Aquisição de subsidiária	(31)	-	(31)	-
Outros resultados abrangentes	3.522	49	3.473	46
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.867	6.520	24.347	17.292

(i) Do efeito total no resultado, R\$16.830 referem-se a prejuízos fiscais.

A legislação tributária brasileira foi alterada pela Lei 12.973 no final de 2014 e entrou em vigor para o exercício de 2015. A mudança estabelece que o resultado auferido pelas subsidiárias no exterior será tributado no Brasil, em regime de competência, pelo diferencial entre a alíquota do país de origem e a do Brasil (34%). Consequentemente, a partir de 1º de janeiro de 2015 os resultados das subsidiárias no exterior são reconhecidos nessa sistemática.

De acordo com Artigo 77 da referida Lei, os prejuízos acumulados dessas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2014, poderão ser compensados com os lucros futuros das mesmas. Em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresentou sua declaração de imposto de renda e concluiu a revisão dos prejuízos fiscais disponíveis até 31 de dezembro de 2014 em cada subsidiária no exterior. Consequentemente, reconheceu imposto de renda diferido ativo relacionado aos prejuízos acumulados de subsidiárias no exterior no montante de R\$11.729 como imposto de renda diferido na demonstração de resultado.

b) Reconciliação do imposto de renda

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Consolidado			Controladora	
	Exercício findo em 31 de dezembro				
	2015	2014	2013	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(64.876)	2.819	14.995	(55.047)	3.387
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	22.058	(958)	(5.098)	18.716	(1.152)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:					
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	1.054	2.634	2.688	1.033	2.634
Incentivos fiscais	204	209	-	-	206
Resultados de empresas no exterior tributadas a alíquotas diferentes às da controladora	-	(2.867)	408	-	-
Resultado de participações societárias no resultado	(512)	388	373	(12.713)	(4.429)
Adesão ao REFIS	-	-	(11.345)	-	-
Adições (reversões) de prejuízos fiscais	5.911	(410)	387	4.651	-
Prejuízos fiscais não reconhecido no ano	(3.116)	-	-	-	-
Indedutibilidade do valor recuperável de ativos	(7.190)	(1.119)	(1.687)	-	-
Outros	470	(477)	(975)	(853)	308
Tributos sobre o lucro	18.879	(2.600)	(15.249)	10.834	(2.433)

c) Incentivos tributários

No Brasil, a Vale possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações nas regiões norte e nordeste com ferro, manganês, cobre, e níquel. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração), e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada durante os períodos definidos como beneficiados para cada produto, que no geral são por 10 anos e no caso da Vale, expiram até 2024. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

Além destes incentivos, 30% (trinta por cento) do imposto de renda devido calculado sobre o lucro da exploração deve ser reinvestido na aquisição de máquinas e equipamentos, sujeito à aprovação posterior pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") e ou Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"). Quando aprovado, o reinvestimento é apropriado em conta de reserva de lucros, com impedimento para distribuição como dividendos aos acionistas.

A Vale tem ainda incentivos de impostos relacionados à produção de níquel e cobalto da Vale Nouvelle Calédonie ("VNC"). Estes incentivos fiscais incluem isenções de Imposto de renda, durante a fase de construção do projeto, e, também, por um período de 15 anos, iniciando-se no primeiro ano da produção comercial, conforme definido pela legislação aplicável, seguido por cinco anos com isenção de 50% do imposto devido. A VNC está sujeita a tributação de uma parte do lucro começando no primeiro ano em que a produção comercial for atingida. Até o momento, não foi gerado nenhum lucro tributável na VNC.

Em Moçambique, os incentivos fiscais aplicáveis à Vale Moçambique SA no contexto do Projeto da Mina de Carvão incluem uma redução de 25% na alíquota do imposto de renda durante cinco anos contados do primeiro exercício no qual forem apurados lucros tributáveis. A Vale goza ainda de incentivos fiscais relativos a projetos em Oman, na Malásia, no Malaui e relativos ao projeto de logística em Moçambique.

A Vale está sujeita à revisão pelas autoridades locais do imposto de renda devido nos últimos cinco anos para empresas operando no Brasil, dez anos para as operações na Indonésia e sete anos para as empresas em operação no Canadá.

21. Obrigações com benefícios a funcionários

a) Obrigações com benefícios de aposentadoria

No Brasil, a gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("Valia"), entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Os planos do Brasil são os seguintes:

Plano de benefícios Vale Mais ("Vale Mais") e plano de benefícios Valiaprev ("Valiaprev") - Os empregados da Companhia participantes da Valia estão associados a planos (Vale Mais e Valiaprev), com componente de benefício definido (específico para cobertura por morte e aposentadoria por invalidez) e de contribuição definida (para benefícios programáveis). No caso de benefício definido, o valor é previamente estabelecido, com atualização atuarial, de forma a assegurar sua concessão. Já no caso da contribuição definida, o valor é permanentemente ajustado, de acordo com os recursos mantidos em favor do participante. Os planos Vale Mais e Valiaprev estavam superavitários em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Plano de benefício definido ("Plano BD") - O Plano BD está fechado para novas adesões desde o ano 2000, quando foi implantado o Vale Mais. É um plano de previdência complementar com características de benefício definido, que cobre quase que exclusivamente aposentados e seus beneficiários. Atualmente é um plano superavitário e as contribuições realizadas pela Companhia para seu custeio não são relevantes.

Plano de benefício Abono complementação - A Companhia patrocina um grupo específico de ex-empregados o direito receber pagamentos suplementares aos benefícios normais da Valia acrescido de benefício pós-aposentadoria de assistência médica, odontológica e farmacêutica. As contribuições da Companhia foram encerradas em 2014. O abono complementação estava superavitário em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Outros benefícios - A Companhia patrocina planos de assistência médica para funcionários que atendam critérios específicos e para funcionários que utilizam o abono complementação. Apesar de não serem planos específicos de aposentadoria, são utilizados cálculos atuariais para calcular os compromissos futuros. Por serem planos de assistência médica, têm natureza deficitária e estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

No exterior, os planos são administrados de acordo com suas regiões. Estão divididos entre planos no Canadá, Reino Unido, Indonésia, Nova Caledônia, Japão e Taiwan. Os planos de pensão no Canadá são compostos de um benefício definido e um componente de contribuição definida. Atualmente os planos de benefício definido não permitem novas adesões. Os planos de benefício definido no exterior estão deficitários em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As informações a seguir detalham o status dos elementos de benefício definido de todos os planos, bem como os custos a eles relacionados.

i. Evolução do valor presente das obrigações

	Consolidado			Controladora	
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Outros benefícios
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2013	9.557	10.320	3.966	9.557	516
Custo do serviço	68	225	55	68	-
Custo de Juros	1.116	549	194	1.116	59
Benefícios pagos	(769)	(755)	(174)	(769)	(59)
Contribuições de participantes	3	1	-	3	-
Efeitos da mudança de premissas financeiras	(73)	1.070	(189)	(73)	16
Ajuste de conversão	-	599	129	-	-
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2014	9.902	12.009	3.981	9.902	532
Custo do serviço	65	308	92	62	-
Custo de Juros	1.181	591	219	1.177	63
Benefícios pagos	(814)	(874)	(216)	(814)	(70)
Contribuições de participantes	4	1	-	4	-
Transferências	31	(31)	-	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(710)	(267)	(119)	(691)	30
Ajuste de conversão	-	2.670	815	-	-
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2015	9.659	14.407	4.772	9.640	555

ii. Evolução do valor justo dos ativos

	Consolidado			Controladora	
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Outros benefícios
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	12.347	8.911	-	12.347	-
Receita de juros	1.471	474	-	1.471	-
Contribuições do empregador	310	387	174	310	59
Contribuições de participantes	3	1	-	3	-
Benefícios pagos	(769)	(755)	(174)	(769)	(59)
Retorno sobre os planos dos ativos (excluindo receitas de juros)	(5)	398	-	(5)	-
Ajuste de conversão	-	456	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	13.357	9.872	-	13.357	-
Receita de juros	1.616	498	-	1.615	-
Contribuições do empregador	208	446	216	201	70
Contribuições de participantes	4	1	-	4	-
Benefícios pagos	(814)	(874)	(216)	(814)	(70)
Retorno sobre os planos ativos	(977)	(36)	-	(980)	-
Transferências	19	(19)	-	-	-
Ajuste de conversão	-	2.195	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	13.413	12.083	-	13.383	-

iii. Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	Planos no Brasil					
	Consolidado					
	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios
Saldo no início do exercício	3.455	-	-	2.790	-	-
Receita de juros	427	-	-	335	-	-
Mudanças no teto do ativo e passivo oneroso	(128)	-	-	330	-	-
Saldo no final do exercício	3.754	-	-	3.455	-	-
Valor reconhecido no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações atuariais	(9.659)	(970)	(624)	(9.902)	(1.028)	(654)
Valor justo dos ativos	13.413	837	-	13.357	928	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(3.754)	-	-	(3.455)	-	-
Passivo provisionado	-	(133)	(624)	-	(100)	(654)
Passivo circulante	-	-	(72)	-	-	(66)
Passivo não circulante	-	(133)	(552)	-	(100)	(588)
Passivo provisionado	-	(133)	(624)	-	(100)	(654)

	Planos no exterior					
	Consolidado					
	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios
Valor reconhecido no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações atuariais	-	(13.437)	(4.149)	-	(10.981)	(3.327)
Valor justo dos ativos	-	11.246	-	-	8.944	-
Passivo provisionado	-	(2.191)	(4.149)	-	(2.037)	(3.327)
Passivo circulante	-	(67)	(127)	-	(42)	(69)
Passivo não circulante	-	(2.124)	(4.022)	-	(1.995)	(3.258)
Passivo provisionado	-	(2.191)	(4.149)	-	(2.037)	(3.327)

	Total Consolidado					
	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios
Saldo no início do exercício	3.455	-	-	2.790	-	-
Receita de juros	427	-	-	335	-	-
Mudanças no teto do ativo e passivo oneroso	(128)			330	-	-
Saldo no final do exercício	3.754	-	-	3.455	-	-
Valor reconhecido no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações atuariais	(9.659)	(14.407)	(4.773)	(9.902)	(12.009)	(3.981)
Valor justo dos ativos	13.413	12.083	-	13.357	9.872	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(3.754)	-	-	(3.455)	-	-
Passivo provisionado	-	(2.324)	(4.773)	-	(2.137)	(3.981)
Passivo circulante	-	(67)	(199)	-	(42)	(135)
Passivo não circulante	-	(2.257)	(4.574)	-	(2.095)	(3.846)
Passivo provisionado	-	(2.324)	(4.773)	-	(2.137)	(3.981)
Planos no Brasil Controladora						
	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios
Saldo no início do exercício	3.455	-	-	2.790	-	-
Receita de juros	427	-	-	335	-	-
Mudanças no teto do ativo e passivo oneroso	(139)	-	-	330	-	-
Saldo no final do exercício	3.743	-	-	3.455	-	-
Valor reconhecido no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações atuariais	(9.640)	-	(555)	(9.902)	-	(532)
Valor justo dos ativos	13.383	-	-	13.357	-	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(3.743)	-	-	(3.455)	-	-
Passivo provisionado	-	-	(555)	-	-	(532)
Passivo circulante	-	-	(72)	-	-	(66)
Passivo não circulante	-	-	(483)	-	-	(466)
Passivo provisionado	-	-	(555)	-	-	(532)

iv. Custos reconhecidos na demonstração do resultado

Total Consolidado									
Exercício findo em 31 de dezembro									
2015									
2014									
2013									
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Custo do serviço corrente	65	308	92	68	225	55	106	210	91
Juros sobre despesa com passivo	1.181	591	219	1.116	549	194	995	475	282
Juros sobre despesa com ativos	(1.616)	(498)	-	(1.471)	(474)	-	(1.131)	(363)	-
Despesas de juros sobre o efeito de (teto de ativo) / passivo oneroso	437	-	-	335	-	-	154	-	-
Total dos custos líquidos	67	401	311	48	300	249	124	322	373
Controladora									
Exercício findo em 31 de dezembro									
2015									
2014									
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Custo do serviço corrente	62	-	-	68	-	-	-	-	-
Juros sobre despesa com passivo	1.177	-	-	1.116	-	-	-	-	-
Juros sobre despesa com ativos	(1.615)	-	-	(1.471)	-	-	-	-	-
Despesas de juros sobre o efeito de (teto de ativo) / passivo oneroso	428	-	-	335	-	-	-	-	-
Total dos custos líquidos	52	-	63	48	-	59	-	-	59

v. Custos reconhecidos na demonstração do resultado abrangente

	Consolidado								
	Exercício findo em 31 de dezembro								
	2015			2014			2013		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios
	(380)	(1.515)	(350)	(219)	(926)	(460)	(7)	(1.970)	(778)
Saldo no início do exercício	710	267	119	73	(1.070)	189	2.290	574	537
Efeito de mudança nas premissas atuariais									
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(977)	(36)	-	(5)	398	-	(1.245)	731	-
Mudança de teto de ativo/passivo oneroso (exclui receita de juros)	170	-	-	(312)	-	-	(911)	-	-
Outros	-	8	-	-	66	-	-	-	-
	(97)	239	119	(244)	(606)	189	134	1.305	537
Imposto de renda diferido	33	(4)	(33)	83	159	(38)	(42)	(410)	(162)
Resultado abrangente do exercício	(64)	235	86	(161)	(447)	151	92	895	375
Ajuste de conversão	-	(650)	(105)	-	(174)	(13)	-	(163)	(55)
Transferências/ baixas	4	(4)	-	-	32	(28)	(304)	312	(2)
Resultado abrangente acumulado	(440)	(1.934)	(369)	(380)	(1.515)	(350)	(219)	(926)	(460)

Controladora						
Exercício findo em 31 de dezembro						
	2015			2014		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios
Saldo no início do exercício	(381)	7	(120)	(219)	7	(110)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	691	-	(30)	73	-	(16)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(980)	-	-	(5)	-	-
Mudança de teto de ativo/passivo oneroso (exclui receita de juros)	182	-	-	(313)	-	-
	(107)	-	(30)	(245)	-	(16)
Imposto de renda diferido	37	-	10	83	-	6
Resultado abrangente do exercício	(70)	-	(20)	(162)	-	(10)
Transferências/ baixas	7	(7)	-	-	-	-
Resultado abrangente acumulado	(444)	-	(140)	(381)	7	(120)

vi. Riscos relacionados aos planos

Os administradores dos planos possuem o compromisso destacado no planejamento estratégico de fortalecer os controles internos e a gestão de riscos. Isso é feito por meio da realização de auditorias de controles internos, que visam à mitigação de riscos operacionais nas atividades de rotina, gestão dos riscos de mercado e de crédito. Os riscos são os seguintes:

Risco legal - ações judiciais: emissão de relatórios periódicos para auditoria e Diretoria, contemplando as análises dos advogados sobre as probabilidades de êxito (remota, provável ou possível), objetivando subsidiar a decisão administrativa quanto aos provisionamentos. Contratos, tributário e processos decisórios: análises jurídicas prévias por meio de pareceres técnicos. Análise e acompanhamento permanente da evolução do cenário legal e a sua divulgação no âmbito da instituição, de modo a subsidiar os planos administrativos considerados as repercussões das alterações normativas.

Risco atuarial - a avaliação atuarial anual dos planos de benefícios compreende a avaliação de encargos, receitas e adequação dos planos de custeio. É feito também o acompanhamento das hipóteses biométricas e econômico-financeiras (volatilidade dos ativos, alterações em taxas de juros, inflação, taxa de mortalidade, salários entre outros).

Risco de mercado - são realizadas projeções de rentabilidade para os diversos planos e perfis de investimentos para 10 anos no Estudo de ALM (Estudo de Gestão de Ativos e Passivos). Estas projeções contemplam os riscos de mercado dos diversos segmentos de investimentos. Ademais é monitorado mensalmente o risco de mercado de curto prazo dos planos através das métricas de VaR (Valor em Risco) e Testes de Stress. Para os fundos de investimentos exclusivos da VALIA o risco de mercado é mensurado pelo banco custodiante dos ativos diariamente.

Risco de crédito - avaliação da qualidade de crédito dos emissores, com contratação de consultoria especializada para avaliação de instituições financeiras e avaliação interna da capacidade de pagamento de empresas não financeiras. Para os ativos de crédito de empresas não financeiras é realizado o acompanhamento da empresa até o vencimento do título.

vii. Hipóteses atuariais e econômicas e análise de sensibilidade

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade e invalidez.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Brasil			Brasil		
	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios
Taxa média nominal de desconto	13,63%	13,71%	13,63%	12,70%	12,54%	12,39%
Taxa média nominal para determinar despesa/ (receita)	12,36%	13,71%	N/A	12,37%	12,46%	N/A
Taxa média nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%	N/A	6,94%	8,12%	N/A
Taxa média nominal de reajuste de benefício	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa média nominal de crescimento dos custos médicos - hipótese inicial	N/A	N/A	9,18%	N/A	N/A	9,18%
Taxa média nominal de crescimento dos custos médicos - hipótese final	N/A	N/A	9,18%	N/A	N/A	9,18%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%

	Exterior		Exterior	
	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos deficitários	Outros benefícios
Taxa média nominal de desconto	4,00%	3,90%	3,89%	4,10%
Taxa média nominal para determinar despesa/ (receita)	4,80%	N/A	4,80%	N/A
Taxa média nominal de crescimento salarial	3,90%	N/A	3,90%	N/A
Taxa média nominal de reajuste de benefício	3,90%	3,00%	3,90%	3,00%
Taxa média nominal de crescimento dos custos médicos - hipótese inicial	N/A	6,30%	N/A	7,22%
Taxa média nominal de crescimento dos custos médicos - hipótese final	N/A	4,50%	N/A	4,49%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de 1% na taxa nominal de desconto para determinar a obrigação atuarial. Os efeitos desta variação no passivo atuarial, na premissa adotada e na duração média do plano são os seguintes:

	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2015		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios
Taxa nominal de desconto - aumento de 1%						
Saldo do passivo atuarial	8.836	11.807	4.160	8.836	-	520
Premissa adotada	8,33%	5,01%	5,35%	8,33%	0,00%	6,36%
Duração média do plano - (anos)	8,70	11,76	15,29	8,70	-	6,57
Taxa nominal de desconto - redução de 1%						
Saldo do passivo atuarial	10.602	15.264	4.071	10.602	-	596
Premissa adotada	10,01%	3,01%	3,90%	10,01%	0,00%	7,34%
Duração média do plano - (anos)	9,53	11,76	15,22	9,53	-	7,08

viii. Ativos dos planos

Os ativos dos planos brasileiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem respectivamente (i) investimentos em carteira de ações da Vale no valor de R\$15 e R\$250; (ii) investimentos em ações de partes relacionadas no valor de R\$0 e R\$3; e (iii) investimentos em títulos e valores mobiliários do governo federal no valor de R\$11.622 e R\$9.512.

Os ativos dos planos no exterior em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem títulos e valores mobiliários do governo do Canadá no valor de R\$2.636 e R\$2.263, respectivamente.

ix. Planos de pensão superavitários

Os ativos por categoria são os seguintes:

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2	1	-	3	-	-	-	-
Contas a receber	1	-	-	1	14	-	-	14
Títulos em ações	1	-	-	1	1.261	-	-	1.261
Título de dívida	-	367	-	367	-	418	-	418
Título de dívida do governo	6.478	-	-	6.478	5.595	-	-	5.595
Fundo de investimento em renda fixa	7.023	-	-	7.023	6.035	-	-	6.035
Fundo de investimento em ações	170	-	-	170	885	-	-	885
Fundo de investimento internacional	112	-	-	112	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	540	-	532	1.072	-	-	671	671
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	-	-	25	25	-	-	19	19
Empreendimento imobiliário	-	-	1.246	1.246	-	-	1.322	1.322
Empréstimo de participantes	-	-	968	968	-	-	1.070	1.070
Total	14.327	368	2.771	17.466	13.790	418	3.082	17.290
Fundos não relacionados aos planos de risco				(4.053)				(3.933)
Valor justo do plano de ativos no ano				13.413				13.357

	Controladora							
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2	1	-	3	-	-	-	-
Contas a receber	1	-	-	1	14	-	-	14
Títulos em ações	-	-	-	-	1.261	-	-	1.261
Título de dívida	-	367	-	367	-	418	-	418
Título de dívida do governo	6.478	-	-	6.478	5.595	-	-	5.595
Fundo de investimento em renda fixa	7.018	-	-	7.018	6.035	-	-	6.035
Fundo de investimento em ações	170	-	-	170	885	-	-	885
Fundo de investimento internacional	112	-	-	112	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	540	-	511	1.051	-	-	671	671
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	-	-	25	25	-	-	19	19
Empreendimento imobiliário	-	-	1.245	1.245	-	-	1.322	1.322
Empréstimo de participantes	-	-	966	966	-	-	1.070	1.070
Total	14.321	368	2.747	17.436	13.790	418	3.082	17.290
Fundos não relacionados aos planos de risco				(4.053)				(3.933)
Valor justo do plano de ativos no ano				13.383				13.357

A mensuração de ativos dos planos superavitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado (nível 3) é a seguinte:

					Consolidado
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliários	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	532	19	1.282	1.009	2.842
Retorno sobre os ativos do plano	(28)	-	131	122	225
Ativos comprados e liquidados	208	-	8	437	653
Ativos vendidos durante o exercício	(41)	-	(99)	(498)	(638)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	671	19	1.322	1.070	3.082
Retorno sobre os ativos do plano	(281)	3	15	157	(106)
Ativos comprados e liquidados	162	3	4	133	302
Ativos vendidos durante o exercício	(25)	-	(95)	(393)	(513)
Transferências entre níveis	5	-	-	1	6
Saldo em 31 de dezembro de 2015	532	25	1.246	968	2.771

					Controladora
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliários	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	532	19	1.282	1.009	2.842
Retorno sobre os ativos do plano	(28)	-	131	122	225
Ativos comprados e liquidados	208	-	8	437	653
Ativos vendidos durante o exercício	(41)	-	(99)	(498)	(638)
Ajuste de conversão	-	-	-	-	-
Transferências entre níveis	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	671	19	1.322	1.070	3.082
Retorno sobre os ativos do plano	(281)	3	14	156	(108)
Ativos comprados e liquidados	146	3	4	133	286
Ativos vendidos durante o exercício	(25)	-	(95)	(393)	(513)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	511	25	1.245	966	2.747

x. Planos de pensão deficitários

Os ativos por categoria são os seguintes:

								Consolidado
31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	191	-	191	3	78	-	81
Títulos em ações	4.320	-	-	4.320	4.292	25	-	4.317
Título de dívida	-	47	-	47	-	1.069	-	1.069
Título de dívida do governo	219	2.671	-	2.890	205	2.263	-	2.468
Fundo de investimento em renda fixa	584	1.097	-	1.681	502	-	-	502
Fundo de investimento em ações	335	1.394	-	1.729	251	1.055	-	1.306
Fundo de investimento internacional	8	117	-	125	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	-	-	384	384	-	-	48	48
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	-	-	1	1	-	-	1	1
Empréstimo de participantes	-	-	77	77	-	-	65	65
Outros	-	-	17	17	-	-	15	15
Total	5.466	5.517	1.100	12.083	5.253	4.490	129	9.872
Fundos não relacionados aos planos de risco	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo do plano de ativos no ano	-	-	-	12.083	-	-	-	9.872

A mensuração de ativos dos planos deficitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado (nível 3) é a seguinte:

	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliários	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	56	-	-	56
Retorno sobre os ativos do plano	-	-	9	-	-	9
Ativos comprados e liquidados	48	1	-	15	-	64
Saldo em 31 de dezembro de 2014	48	1	65	15	-	129
Retorno sobre os ativos do plano	-	-	16	3	-	19
Ativos comprados e liquidados	340	(1)	-	-	621	960
Ativos vendidos durante o exercício	(3)	-	-	-	-	(3)
Transferências entre níveis	(1)	1	(4)	(1)	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	384	1	77	17	621	1.100

xi. Desembolso do fluxo de caixa futuro

A Vale espera desembolsar R\$716 no exercício de 2016 com os planos de pensão e outros benefícios.

xii. Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros são as seguintes:

	31 de dezembro de 2015		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios
2016	890	800	224
2017	941	789	234
2018	994	781	243
2019	1.050	773	253
2020	1.106	765	263
2021 e posteriormente	6.343	4.319	1.269

b) Programa de participação nos lucros e resultados ("PLR")

A Companhia registrou no custo dos produtos vendidos e serviços prestados e outras despesas operacionais do consolidado, R\$194 e R\$1.164 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente. Para a controladora, R\$107 e R\$937 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

c) Programas de incentivo de longo prazo

A Vale mantém os programas de incentivos de longo prazo *Matching* e Programa de Ações Virtuais ("PAV") para alguns dos executivos da Companhia, com ciclos de duração de 3 a 4 anos, respectivamente.

Para o programa *Matching*, os participantes podem adquirir ações preferenciais da Vale para investir no plano, através de uma instituição financeira, em condições de mercado e sem qualquer benefício proporcionado pela Vale. Desde 2014, a participação neste programa tem sido mandatória para os diretores executivos.

Com exceção dos diretores executivos, as ações compradas pelos executivos não tem restrições e podem ser vendidas a qualquer momento. Se as ações são mantidas por um período de três anos e os executivos mantiverem seu vínculo empregatício com a Vale durante esse período, o participante passa a ter o direito de receber da Vale um pagamento em caixa, equivalente ao montante de ações detidas baseado em cotações de mercado.

Para o programa PAV, certos executivos elegíveis têm a oportunidade de receber ao longo de um ciclo de quatro anos, um valor monetário equivalente ao valor de mercado de um determinado número de ações baseado no fator de desempenho da Vale medido como um indicador de retorno total aos acionistas.

Os passivos dos planos são mensurados a valor justo na data de cada emissão do relatório, baseados em taxas do mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos pelo período aquisitivo definido de três anos. Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 a Companhia reconheceu no resultado os montantes de R\$113, R\$163 e R\$198, respectivamente, relacionados a programa de incentivo a longo prazo.

22. Classificação dos instrumentos financeiros

Consolidado								
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Empréstimos e recebíveis ou custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Derivativos designados como hedge	Total	Empréstimos e recebíveis ou custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Derivativos designados como hedge	Total
Ativos financeiros								
Circulantes								
Caixa e equivalentes de caixa	14.022	-	-	14.022	10.555	-	-	10.555
Investimentos financeiros	109	-	-	109	392	-	-	392
Instrumentos financeiros derivativos	-	474	-	474	-	441	-	441
Contas a receber	5.763	-	-	5.763	8.700	-	-	8.700
Partes relacionadas	273	-	-	273	1.537	-	-	1.537
	20.167	474	-	20.641	21.184	441	-	21.625
Não circulantes								
Instrumentos financeiros derivativos	-	363	-	363	-	231	-	231
Empréstimos	732	-	-	732	609	-	-	609
Partes relacionadas	5	-	-	5	93	-	-	93
	737	363	-	1.100	702	231	-	933
Total dos ativos financeiros	20.904	837	-	21.741	21.886	672	-	22.558
Passivos financeiros								
Circulantes								
Fornecedores e empreiteiros	13.140	-	-	13.140	11.566	-	-	11.566
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.909	198	8.107	-	2.539	1.221	3.760
Empréstimos e financiamentos	9.788	-	-	9.788	3.768	-	-	3.768
Partes relacionadas	1.856	-	-	1.856	813	-	-	813
	24.784	7.909	198	32.891	16.147	2.539	1.221	19.907
Não circulantes								
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.581	-	5.581	-	4.273	3	4.276
Empréstimos e financiamentos	102.878	-	-	102.878	72.749	-	-	72.749
Partes relacionadas	830	-	-	830	288	-	-	288
Debêntures participativas	-	1.336	-	1.336	-	4.584	-	4.584
Outros (i)	-	551	-	551	-	303	-	303
	103.708	7.468	-	111.176	73.037	9.160	3	82.200
Total dos passivos financeiros	128.492	15.377	198	144.067	89.184	11.699	1.224	102.107

(i) Vide nota 23(a).

Controladora						
	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Empréstimos e recebíveis ou custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis ou custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros						
Circulantes						
Caixa e equivalentes de caixa	518	-	518	685	-	685
Investimentos financeiros	18	-	18	392	-	392
Instrumentos financeiros derivativos	-	196	196	-	370	370
Contas a receber	36.026	-	36.026	30.599	-	30.599
Partes relacionadas	834	-	834	2.227	-	2.227
	37.396	196	37.592	33.903	370	34.273
Não circulantes						
Instrumentos financeiros derivativos	-	293	293	-	29	29
Empréstimos	106	-	106	104	-	104
Partes relacionadas	1.468	-	1.468	902	-	902
	1.574	293	1.867	1.006	29	1.035
Total dos ativos financeiros	38.970	489	39.459	34.909	399	35.308
Passivos financeiros						
Circulantes						
Fornecedores e empreiteiros	7.084	-	7.084	6.818	-	6.818
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.559	3.559	-	948	948
Empréstimos e financiamentos	4.736	-	4.736	2.853	-	2.853
Partes relacionadas	6.774	-	6.774	5.622	-	5.622
	18.594	3.559	22.153	15.293	948	16.241
Não circulantes						
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.745	4.745	-	3.866	3.866
Empréstimos e financiamentos	55.986	-	55.986	38.542	-	38.542
Partes relacionadas	63.837	-	63.837	43.606	-	43.606
Debêntures participativas	-	1.336	1.336	-	4.584	4.584
Outros (i)	-	551	551	-	303	303
	119.823	6.632	126.455	82.148	8.753	90.901
Total dos passivos financeiros	138.417	10.191	148.608	97.441	9.701	107.142

(i) Vide nota 23(a).

A classificação dos ativos e passivos financeiros por moeda é a seguinte:

Consolidado							
31 de dezembro de 2015							
	R\$	US\$	CAD	AUD	EUR	Outras moedas	Total
Ativos financeiros							
Circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa	3.186	9.871	47	211	43	664	14.022
Investimentos financeiros	-	109	-	-	-	-	109
Instrumentos financeiros derivativos	196	278	-	-	-	-	474
Contas a receber	980	4.232	488	39	16	8	5.763
Partes relacionadas	273	-	-	-	-	-	273
	4.635	14.490	535	250	59	672	20.641
Não circulantes							
Instrumentos financeiros derivativos	293	70	-	-	-	-	363
Empréstimos	105	401	226	-	-	-	732
Partes relacionadas	5	-	-	-	-	-	5
	403	471	226	-	-	-	1.100
Total dos ativos	5.038	14.961	761	250	59	672	21.741
Passivos financeiros							
Circulantes							
Fornecedores e empreiteiros	5.853	5.424	1.308	35	449	71	13.140
Instrumentos financeiros derivativos	3.557	4.550	-	-	-	-	8.107
Empréstimos e financiamentos	1.696	7.779	55	-	258	-	9.788
Partes relacionadas	997	-	859	-	-	-	1.856
	12.103	17.753	2.222	35	707	71	32.891
Não circulantes							
Instrumentos financeiros derivativos	4.745	836	-	-	-	-	5.581
Empréstimos e financiamentos	19.942	75.903	644	15	6.374	-	102.878
Partes relacionadas	284	19	-	-	-	-	303
Debêntures participativas	1.336	-	-	-	-	-	1.336
Outros	551	-	-	-	-	-	551
	26.858	76.758	644	15	6.374	-	110.649
Total dos passivos	38.961	94.511	2.866	50	7.081	71	143.540

Consolidado							
31 de dezembro de 2014							
	R\$	US\$	CAD	AUD	EUR	Outras moedas	Total
Ativos financeiros							
Circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa	2.595	7.379	58	101	162	260	10.555
Investimentos financeiros	392	-	-	-	-	-	392
Instrumentos financeiros derivativos	369	72	-	-	-	-	441
Contas a receber	1.966	6.678	32	-	21	3	8.700
Partes relacionadas	1.054	483	-	-	-	-	1.537
	6.376	14.612	90	101	183	263	21.625
Não circulantes							
Partes relacionadas	11	82	-	-	-	-	93
Empréstimos	104	505	-	-	-	-	609
Instrumentos financeiros derivativos	29	202	-	-	-	-	231
	144	789	-	-	-	-	933
Total dos ativos	6.520	15.401	90	101	183	263	22.558
Passivos financeiros							
Circulantes							
Fornecedores e empreiteiros	5.798	5.690	3	3	72	-	11.566
Instrumentos financeiros derivativos	948	2.812	-	-	-	-	3.760
Empréstimos e financiamentos	1.169	2.355	50	-	194	-	3.768
Partes relacionadas	810	3	-	-	-	-	813
	8.725	10.860	53	3	266	-	19.907
Não circulantes							
Instrumentos financeiros derivativos	3.867	409	-	-	-	-	4.276
Empréstimos e financiamentos	15.582	51.764	558	5	4.840	-	72.749
Partes relacionadas	288	-	-	-	-	-	288
Debêntures participativas	4.584	-	-	-	-	-	4.584
Outros	303	-	-	-	-	-	303
	24.624	52.173	558	5	4.840	-	82.200
Total dos passivos	33.349	63.033	611	8	5.106	-	102.107

Controladora

31 de dezembro de 2015

	R\$	US\$	CAD	AUD	EUR	Outras moedas	Total
Ativos financeiros							
Circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa	493	25	-	-	-	-	518
Investimentos financeiros	18	-	-	-	-	-	18
Instrumentos financeiros derivativos	196	-	-	-	-	-	196
Contas a receber	(609)	36.628	-	-	7	-	36.026
Partes relacionadas	606	228	-	-	-	-	834
	704	36.881	-	-	7	-	37.592
Não circulantes							
Instrumentos financeiros derivativos	293	-	-	-	-	-	293
Empréstimos	106	-	-	-	-	-	106
Partes relacionadas	337	1.131	-	-	-	-	1.468
	736	1.131	-	-	-	-	1.867
Total dos ativos	1.440	38.012	-	-	7	-	39.459
Passivos financeiros							
Circulantes							
Fornecedores e empreiteiros	6.148	806	-	6	124	-	7.084
Instrumentos financeiros derivativos	3.559	-	-	-	-	-	3.559
Empréstimos e financiamentos	1.595	3.141	-	-	-	-	4.736
Partes relacionadas	1.168	5.601	-	4	1	-	6.774
	12.470	9.548	-	10	125	-	22.153
Não circulantes							
Instrumentos financeiros derivativos	4.745	-	-	-	-	-	4.745
Empréstimos e financiamentos	18.534	30.820	-	-	6.632	-	55.986
Partes relacionadas	3.912	59.925	-	-	-	-	63.837
Debêntures participativas	1.336	-	-	-	-	-	1.336
Outros	551	-	-	-	-	-	551
	29.078	90.745	-	-	6.632	-	126.455
Total dos passivos	41.548	100.293	-	10	6.757	-	148.608

Controladora

31 de dezembro de 2014

	R\$	US\$	CAD	AUD	EUR	Outras moedas	Total
Ativos financeiros							
Circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa	667	18	-	-	-	-	685
Investimentos financeiros	392	-	-	-	-	-	392
Instrumentos financeiros derivativos	370	-	-	-	-	-	370
Contas a receber	4.795	25.787	-	-	17	-	30.599
Partes relacionadas	1.951	276	-	-	-	-	2.227
	8.175	26.081	-	-	17	-	34.273
Não circulantes							
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	-	-	-	29
Empréstimos	90	14	-	-	-	-	104
Partes relacionadas	902	-	-	-	-	-	902
	1.021	14	-	-	-	-	1.035
Total dos ativos	9.196	26.095	-	-	17	-	35.308
Passivos financeiros							
Circulantes							
Fornecedores e empreiteiros	5.764	985	2	1	65	1	6.818
Instrumentos financeiros derivativos	948	-	-	-	-	-	948
Empréstimos e financiamentos	1.111	1.548	-	-	194	-	2.853
Partes relacionadas	261	4.679	3	12	586	81	5.622
	8.084	7.212	5	13	845	82	16.241
Não circulantes							
Instrumentos financeiros derivativos	3.866	-	-	-	-	-	3.866
Empréstimos e financiamentos	14.387	19.314	-	-	4.841	-	38.542
Partes relacionadas	434	43.172	-	-	-	-	43.606
Debêntures participativas	4.584	-	-	-	-	-	4.584
Outros	303	-	-	-	-	-	303
	23.574	62.486	-	-	4.841	-	90.901
Total dos passivos	31.658	69.698	5	13	5.686	82	107.142

23. Estimativa do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

a) Ativos e passivos mensurados e reconhecidos pelo valor justo

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos	837	-	837	672	-	672
Total	837	-	837	672	-	672
Passivos financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos	13.688	-	13.688	8.036	-	8.036
Debêntures participativas	1.336	-	1.336	4.584	-	4.584
Outros (instrumento de retorno mínimo)	-	551	551	-	303	303
Total	15.024	551	15.575	12.620	303	12.923

	Controladora					
	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos	489	-	489	399	-	399
Total	489	-	489	399	-	399
Passivos financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos	8.304	-	8.304	4.814	-	4.814
Debêntures participativas	1.336	-	1.336	4.584	-	4.584
Outros (instrumento de retorno mínimo)	-	551	551	-	303	303
Total	9.640	551	10.191	9.398	303	9.701

Método e técnicas de avaliação

i) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros foram avaliados calculando-se o valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos estão detalhados no tópico “curvas de mercado”.

O método de precificação utilizado no caso de opções europeias é o modelo *Black & Scholes*. Neste modelo, o valor justo do derivativo é função da volatilidade e preço do ativo subjacente, do preço de exercício da opção, da taxa de juros e do período até o vencimento. No caso das opções em que o resultado é função da média do preço do ativo subjacente em um período da vida da opção, denominadas asiáticas, a Companhia utiliza o modelo de *Turnbull & Wakeman*. Neste modelo, além dos fatores que influenciam o preço da opção no modelo de *Black & Scholes*, é considerado o período de formação do preço médio.

No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa pela taxa de juros da moeda em que o *swap* é denominado. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

No caso de *swaps* atrelados à TJLP, o cálculo do valor justo considera a TJLP constante, ou seja, as projeções dos fluxos futuros de caixa em reais são feitas considerando a última TJLP divulgada.

Os contratos de compra ou venda de produtos, insumos e custos de venda com liquidação futura são precificados utilizando as curvas futuras de cada produto. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde os produtos são comercializados, como a *London Metals Exchange* (“LME”), a *Commodities Exchange* (“COMEX”) ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, a Vale utiliza interpolações entre os vencimentos disponíveis.

ii) Debêntures participativas - Compreendem as debêntures emitidas por conta do processo de privatização (nota 29(b)), cujos valores justos são mensurados com base na abordagem de mercado, e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

iii) Instrumento de retorno mínimo - Refere-se ao instrumento de retorno mínimo detido pela Brookfield que, sob determinadas condições, pode gerar uma obrigação de desembolso para a Companhia ao final do sexto ano da conclusão do processo de aquisição de participação na VLI (nota 6(i)). A Companhia usa premissas internas em um modelo probabilístico para calcular o valor justo do instrumento.

b) Valor justo de instrumentos financeiros não mensurados a valor justo

A estimativa de valor justo do nível 1 é baseada na abordagem de mercado, considerando os contratos cotados no mercado secundário. Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa LIBOR e da curva dos *bonds* da Vale.

Os valores justos e os saldos contábeis dos empréstimos não circulantes (líquidos de juros) são os seguintes:

	Consolidado				Controladora			
	Saldo contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Passivos financeiros								
31 de dezembro de 2015								
Principal da dívida	110.231	102.434	48.017	54.417	59.585	58.227	11.783	46.444
31 de dezembro de 2014								
Principal da dívida	75.356	78.302	42.077	36.225	40.782	46.886	9.953	36.933

24. Instrumentos financeiros derivativos

a) Efeitos dos derivativos no balanço patrimonial

	Consolidado			
	Ativo			
	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Derivativos não designados como hedge accounting				
Risco de câmbio e taxa de juros				
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	269	-	364	29
Swap IPCA	7	64	18	-
Swap Eurobonds	-	-	-	109
Swap pré-dólar	-	-	5	-
	276	64	387	138
Riscos de preços de produtos				
Níquel	198	41	54	7
	198	41	54	7
Outros				
	-	258	-	86
	-	258	-	86
Total	474	363	441	231

	Consolidado			
	Passivo			
	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Derivativos não designados como hedge accounting				
Risco de câmbio e taxa de juros				
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	3.119	4.419	1.173	3.599
Swap IPCA	82	393	-	167
Swap Eurobonds	572	111	24	238
Swap pré-dólar	364	280	81	262
	4.137	5.203	1.278	4.266
Riscos de preços de produtos				
Níquel	153	42	60	7
Óleo combustível (i)	3.609	-	1.201	-
	3.762	42	1.261	7
Outros	-	336	-	-
	-	336	-	-
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa				
Óleo combustível (i)	198	-	1.152	-
Exposição cambial	10	-	69	3
	208	-	1.221	3
Total	8.107	5.581	3.760	4.276

(i) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, inclui R\$397 e R\$402, respectivamente, relacionados à transações cuja liquidação financeira ocorre no mês subsequente ao mês de fechamento.

Controladora			
Ativo			
	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014
	Circulante	Não circulante	Circulante
Derivativos não designados como hedge accounting			
Risco de câmbio e taxa de juros			
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	193	-	354
Swap IPCA	3	64	11
Swap pré-dólar	-	-	5
	196	64	370
			29
Outros	-	229	-
Total	196	293	370
			29

Controladora			
Passivo			
	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014
	Circulante	Não circulante	Circulante
Derivativos não designados como hedge accounting			
Risco de câmbio e taxa de juros			
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	3.112	3.943	867
Swap IPCA	82	186	-
Swap pré-dólar	365	280	81
	3.559	4.409	948
			3.866
Outros	-	336	-
Total	3.559	4.745	948
			3.866

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	Consolidado								
	Exercício findo em 31 de dezembro								
	Ganho (perda) reconhecido no resultado			Liquidação financeira entradas (saídas)			Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Derivativos designados como hedge econômico									
Risco de câmbio e taxa de juros									
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	(3.644)	(1.160)	(1.961)	(867)	(51)	(385)	-	-	-
Swap IPCA	(167)	(142)	-	20	-	-	-	-	-
Swap Eurobonds	(353)	(385)	209	(39)	24	(10)	-	-	-
Swap pré-dólar	(462)	(73)	(120)	(158)	16	33	-	-	-
	(4.626)	(1.760)	(1.872)	(1.044)	(11)	(362)	-	-	-
Riscos de preços de produtos									
Níquel	(166)	21	(4)	(212)	29	(9)	-	-	-
Óleo combustível	(2.662)	(1.372)	(129)	(866)	(236)	(141)	-	-	-
	(2.828)	(1.351)	(133)	(1.078)	(207)	(150)	-	-	-
Outros	(494)	(10)	(123)	-	-	1	-	-	-
	(494)	(10)	(123)	-	-	1	-	-	-
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa									
Óleo combustível	(1.483)	(203)	(92)	(1.513)	(203)	(92)	1.409	(1.067)	(14)
Níquel	-	-	27	-	-	26	-	-	(26)
Exposição cambial	(136)	(100)	(28)	(136)	(100)	(28)	66	27	(54)
	(1.619)	(303)	(93)	(1.649)	(303)	(94)	1.475	(1.040)	(94)
Total	(9.567)	(3.424)	(2.221)	(3.771)	(521)	(605)	1.475	(1.040)	(94)

Relacionado aos efeitos dos derivativos no resultado consolidado, a Companhia reconheceu como custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesa financeira os montantes de R\$1.483 e R\$8.084 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Controladora

	Exercício findo em 31 de dezembro					
	Ganho (perda) reconhecido no resultado		Liquidação financeira entradas (saídas)		Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Derivativos designados como hedge econômico						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	(3.467)	(1.119)	(622)	(96)	-	-
Swap IPCA	(132)	(59)	11	-	-	-
Swap pré-dolar	(465)	(72)	(158)	15	-	-
	(4.064)	(1.250)	(769)	(81)	-	-
Outros						
	(413)	-	-	-	-	-
	(413)	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa de entidades						
Óleo combustível	-	-	-	-	1.409	(1.067)
Exposição cambial	-	-	-	-	66	27
	-	-	-	-	1.475	(1.040)
Total	(4.477)	(1.250)	(769)	(81)	1.475	(1.040)

As datas dos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Datas de vencimento
Moedas e juros	Julho 2023
Óleo combustível	Dezembro 2016
Níquel	Fevereiro 2018
Outros	Dezembro 2027

Informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método paramétrico delta-Normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de um dia útil.

Em 31 de dezembro de 2015 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos. As posições da carteira de derivativos descrita neste documento não tiveram custo inicial associado.

A carteira de derivativos a seguir incluir as posições da Vale e companhias controladas em 31 de dezembro de 2015, sendo apresentadas as seguintes informações: valor nominal, valor justo (incluindo risco de crédito), ganhos ou perdas no período, valor em risco e valor justo por data de pagamento.

a) Posições em derivativos de câmbio e taxas de juros

(i) Programas de proteção dos empréstimos e financiamentos em R\$

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter para US\$ o fluxo de caixa de certas dívidas em R\$ referentes a contratos de empréstimos e financiamentos, com taxas indexadas principalmente ao CDI, à TJLP e ao IPCA. Nestas operações de *swap*, a Vale paga taxas fixas ou flutuantes em US\$ e recebe remuneração em R\$ atrelada às taxas de juros das dívidas protegidas.

Os contratos de *swap* foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*) e os itens protegidos são os fluxos de caixa de dívidas atreladas a R\$. Esses programas transformam para US\$ as obrigações denominadas em R\$ para buscar o equilíbrio de moedas no fluxo de caixa da empresa, contrabalançando os recebíveis - atrelados principalmente a US\$ - com os pagamentos.

Fluxo	Valor principal		Índice	Taxa Média	Valor justo		Liquidação financeira Entradas (Saídas)	Valor em Risco	Valor justo por ano			
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2015	2016	2017	2018	2019+
Swap CDI vs. Taxa Fixa em US\$					(3.059)	(1.453)	(374)	158	(1.920)	(199)	(940)	-
Ativo	R\$ 5.239	R\$ 4.511	CDI	108,33%								
Passivo	US\$ 2.288	US\$ 2.284	Pré	3,39%								
Swap CDI vs. Taxa flutuante em US\$					-	(220)	(203)	-	-	-	-	-
Ativo	-	R\$ 428	CDI									
Passivo	-	US\$ 250	Libor +									
Swap TJLP vs. Taxa Fixa em US\$					(3.965)	(2.531)	(339)	263	(913)	(1.112)	(552)	(1.388)
Ativo	R\$ 5.484	R\$ 6.247	TJLP +	1,32%								
Passivo	US\$ 2.611	US\$ 3.051	Pré	1,69%								
Swap TJLP vs. Taxa flutuante em US\$					(245)	(175)	(4)	16	(17)	(23)	(26)	(179)
Ativo	R\$ 267	R\$ 295	TJLP +	0,93%								
Passivo	US\$ 156	US\$ 173	Libor +	-1,21%								
Swap Taxa Fixa em R\$ vs. Taxa Fixa em US\$					(644)	(337)	(155)	73	(364)	(36)	10	(254)
Ativo	R\$ 1.356	R\$ 735	Pré	6,82%								
Passivo	US\$ 528	US\$ 395	Pré	-0,74%								
Swap IPCA vs. Taxa Fixa em US\$					(411)	(150)	19	41	6	4	1	(422)
Ativo	R\$ 1.000	R\$ 1.000	IPCA +	6,55%								
Passivo	US\$ 434	US\$ 434	Pré	3,98%								
Swap IPCA vs. CDI					6	-	-	1	(81)	(82)	(60)	230
Ativo	R\$ 1.350	-	IPCA +	6,62%								
Passivo	R\$ 1.350	-	CDI	98,58%								

(ii) Programa de proteção para empréstimos e financiamentos em EUR

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter para US\$ o fluxo de caixa de certas dívidas denominadas em EUR emitidas pela Vale. Nestas operações de *swap*, a Vale recebe taxas fixas em EUR e paga remuneração atrelada a taxas fixas em US\$.

Os contratos de *swap* foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*) e o item protegido é o fluxo de caixa de parte das dívidas atreladas ao EUR. O resultado de entrada/saída da liquidação financeira é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/US\$.

Fluxo	Valor principal		Índice	Taxa Média	Valor justo		Liquidação financeira Entradas (Saídas)	Valor em Risco	Valor justo por ano			
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2015	2016	2017	2018	2019+
Swap Taxa Fixa em EUR vs. Taxa Fixa em US\$					(683)	(154)	(38)	56	(572)	(20)	(17)	(74)
Ativo	€ 1.000	€ 1.000	Pré	4,06%								
Passivo	US\$ 1.302	US\$ 1.302	Pré	4,51%								

(iii) Programa de *hedge* de fluxo de caixa para desembolsos em CAD

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações a termo para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento cambial entre as receitas, que são denominadas em US\$, e os desembolsos em CAD.

Os contratos a termo foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*) e o item protegido é parte dos desembolsos em CAD. O resultado de entrada/saída da liquidação financeira é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial CAD/US\$. Este programa é contabilizado de acordo com os requerimentos de *hedge accounting*.

Fluxo	Valor principal		Compra / Venda	Taxa Média (CAD / USD)	Valor justo		Liquidação financeira Entradas (Saídas)	Valor em Risco	Valor justo por ano
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2015	2016
Termo	CAD 10	CAD 230	C	1,028	(10)	(73)	-	0,3	(10)

b) Posições em derivativos de commodities

(i) Programas de proteção de fluxo de caixa para compra de óleo combustível (*bunker oil*)

Com o objetivo de reduzir o impacto das oscilações do preço do óleo combustível na contratação e disponibilização de frete marítimo e, consequentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de proteção deste insumo. As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo e *zero cost-collars*.

Os contratos foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*) e o item protegido é uma parcela do custo da Vale atrelada ao preço do óleo combustível. O resultado de entrada/saída da liquidação financeira é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do óleo combustível. Parte deste programa é contabilizada de acordo com os requerimentos de *hedge accounting*.

	Valor Principal (ton)				Valor justo		Liquidação Financeira Entradas (saídas)	Valor em Risco	Valor justo por ano
Fluxo	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	Compra / Venda	Strike médio (US\$/ton)	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2015	2016
Proteção de Óleo Combustível									
Termo	1.867.500	2.205.000	C	508	(2.252)	(964)	(586)	42	(2.252)
Opções de compra	2.041.500	-	C	385	0,1	-	-	0,03	0,1
Opções de venda	2.041.500	-	V	314	(1.158)	-	(228)	40	(1.158)
Total					(3.410)	(964)			(3.410)
Hedge de Óleo Combustível									
Termo	-	1.950.000	C	0	-	(987)	(1.491)	-	-

(ii) Programas de proteção de insumos e produtos de metais básicos

No programa operacional de proteção de vendas de níquel a preço fixo, foram realizadas operações com derivativos para converter para preço flutuante os contratos comerciais de níquel com clientes que solicitam a fixação do preço, de forma a manter a exposição das receitas a flutuações de preço do níquel. As operações usualmente realizadas neste programa são compras de níquel para liquidação futura e são revertidas antes do vencimento original de forma a coincidir com as datas de liquidação dos contratos comerciais que tiveram o preço fixado.

No programa operacional de proteção de compras de insumos, foram realizadas operações com derivativos, usualmente através de vendas de níquel e cobre para liquidação futura, com o objetivo de reduzir o risco de descasamento de preços entre o período de compra de produtos de níquel (concentrado, catodo, sínter e outros) e de cobre (sucata e outros) e o período de venda dos produtos finais aos clientes.

Os contratos são negociados na London Metal Exchange ou em mercado de balcão (*over-the-counter*) e o item protegido é uma parcela das receitas e custos da Vale atrelados aos preços de níquel e cobre. O resultado de entrada/saída da liquidação financeira é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação dos preços de níquel e cobre.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike médio (US\$/ton)	Valor justo		Liquidação Financeira	Valor em Risco	Valor justo por ano		
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014			Entradas (saídas)	2016	2017		2018		
Proteção para vendas a preço fixo											
Futuros de Níquel	16.917	11.264	C	11.821	(180)	(65)	(215)	19	(144)	(37)	0
Proteção para compra de insumos											
Futuros de Níquel	118	140	V	9.603	0,4	0,4	2,9	0,1	0,4	-	-
Futuros de Cobre	385	360	V	4.938	0,4	0,3	2,2	0,1	0,4	-	-
Total					0,7	0,7			0,7	-	-

c) Warrants da Silver Wheaton Corp.

A Companhia possui warrants da Silver Wheaton Corp., empresa canadense com ações negociadas na Toronto Stock Exchange e na New York Stock Exchange. Estes warrants configuram uma opção de compra americana e foram recebidos como parte do pagamento pela venda de 25% dos fluxos do ouro pagável produzido como subproduto da mina de cobre do Salobo durante a vida da mina e 70% dos fluxos do ouro pagável produzido como subproduto de certas minas de níquel de Sudbury por 20 anos.

Fluxo	Valor Principal (quantidade)		Compra / Venda	Strike médio (US\$/ação)	Valor justo		Liquidação Financeira Entradas (saídas)	Valor em Risco	Valor justo por ano
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2015	2023
Opções de compra	10.000.000	10.000.000	C	65	28	86	-	3	28

d) Opções de compra em debêntures

A Companhia possui contratos de debêntures nos quais os credores possuem opções de compra de determinada quantidade de ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul SA, posteriormente alterada para ações de emissão da VLI SA. O preço de exercício destas opções corresponde ao saldo devedor das debêntures nas respectivas datas de exercício.

Fluxo	Valor Principal (quantidade)		Compra / Venda	Strike médio (R\$/ação)	Valor justo		Liquidação Financeira Entradas (saídas)	Valor em Risco	Valor justo por ano
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2015	2027
Opções de compra	140.239	-	V	8.570	(152)	-	-	9	(152)

e) Opções relacionadas a ações

A Companhia celebrou um contrato que possui opções relacionadas a ações da MBR. Se observadas certas condições contratuais contingentes, fora do controle do comprador, como o caso de ilegalidade por mudanças na lei, há uma cláusula no contrato que dá ao comprador o direito de revender sua participação para a Companhia. Neste caso, a Companhia poderia optar pela liquidação através de caixa ou ações. Por outro lado, a Companhia possui o direito de recomprar esta participação minoritária na subsidiária.

Fluxo	Valor Principal (quantidade, em milhões)		Compra / Venda	Strike médio (R\$/ação)	Valor justo		Liquidação Financeira Entradas (saídas)	Valor em Risco	Valor justo por ano
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2015	2016+
Opções	2.139	-	C/V	1,8	57	-	-	23	57

f) Derivativos embutidos em contratos comerciais

A Companhia possui contratos de compra de matérias-primas e concentrado de níquel que contêm provisões baseadas nos preços futuros de cobre e níquel. Estas provisões são consideradas derivativos embutidos.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike médio (US\$/ton)	Valor justo		Liquidação Financeira Entradas (saídas)	Valor em Risco	Valor justo por ano
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2015	2016
Termo Níquel	3.877	4.491	V	9.468	11,7	(1,5)	-	-	9,0
Termo Cobre	5.939	6.310	V	4.961	7,7	3,0	-	-	1,2
Total					19,4	1,5	-	6,5	10,2

A Companhia possui ainda um contrato de compra de gás natural com uma cláusula de prêmio no preço do gás caso as pelotas de minério de ferro da Companhia sejam negociadas acima de um nível pré-definido. Esta cláusula é considerada um derivativo embutido, cujo valor justo e seu respectivo valor em risco não eram materiais em 31 de dezembro de 2015.

g) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições.

- *Cenário I*: Cálculo do valor justo considerando os preços de mercado de 31 de dezembro de 2015
- *Cenário II*: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas
- *Cenário III*: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas

Instrumento	Principais eventos de risco do instrumento	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap CDI vs. Taxa Fixa em US\$	Desvalorização do R\$	(3.059)	(5.345)	(7.632)
	Queda do cupom cambial	(3.059)	(3.116)	(3.174)
	Alta da taxa pré em R\$	(3.059)	(3.075)	(3.091)
	Item protegido: Dívidas atreladas a R\$	n.a.	-	-
Swap TJLP vs. Taxa Fixa em US\$	Desvalorização do R\$	(3.965)	(6.431)	(8.898)
	Queda do cupom cambial	(3.965)	(4.125)	(4.296)
	Alta da taxa pré em R\$	(3.965)	(4.273)	(4.543)
	Queda da TJLP	(3.965)	(4.126)	(4.298)
Swap TJLP vs. Taxa flutuante em US\$	Desvalorização do R\$	(245)	(383)	(521)
	Queda do cupom cambial	(245)	(259)	(275)
	Alta da taxa pré em R\$	(245)	(264)	(281)
	Queda da TJLP	(245)	(255)	(266)
Swap TJLP vs. Taxa Fixa em US\$	Desvalorização do R\$	n.a.	-	-
	Queda do cupom cambial	(644)	(1.165)	(1.686)
	Alta da taxa pré em R\$	(644)	(702)	(766)
	Queda da TJLP	(644)	(760)	(855)
Swap Taxa Fixa em R\$ vs. Taxa Fixa em US\$	Desvalorização do R\$	n.a.	-	-
	Queda do cupom cambial	(411)	(871)	(1.331)
	Alta da taxa pré em R\$	(411)	(519)	(613)
	Queda do IPCA	(411)	(469)	(525)
Swap IPCA vs. Taxa Fixa em US\$	Desvalorização do R\$	n.a.	-	-
	Queda do cupom cambial	(411)	(871)	(1.331)
	Alta da taxa pré em R\$	(411)	(519)	(613)
	Queda do IPCA	(411)	(469)	(525)
Swap IPCA vs. CDI	Desvalorização do R\$	n.a.	-	-
	Alta da taxa pré em R\$	6	(152)	(286)
	Queda do IPCA	6	(78)	(158)
	Item protegido: Dívidas em R\$ atreladas a IPCA	n.a.	78	158
Swap Taxa Fixa em EUR vs. Taxa Fixa em US\$	Desvalorização do EUR	(683)	(1.908)	(3.134)
	Alta da Euribor	(683)	(839)	(730)
	Queda da Libor US\$	(683)	(765)	(853)
	Item protegido: Dívida atrelada a EUR	n.a.	1.908	3.134
Termo de CAD	Desvalorização do CAD	(10)	(20)	(30)
	Item protegido: Desembolsos em CAD	n.a.	20	30

Instrumento	Principais eventos de risco do instrumento	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Proteção de óleo combustível				
Termo e opções	Queda do preço do insumo	(3.410)	(4.052)	(4.695)
Item protegido: Parte dos custos atrelados ao preço do insumo	Queda do preço do insumo	n.a.	4.052	4.695
Hedge de óleo combustível				
Termo	Queda do preço do insumo	-	-	-
Item protegido: Parte dos custos atrelados ao preço do insumo	Queda do preço do insumo	n.a.	-	-
Proteção para vendas de níquel a preço fixo				
Futuros	Queda do preço do níquel	(180)	(326)	(471)
Item protegido: Parte das receitas de níquel com preços fixos	Queda do preço do níquel	n.a.	326	471
Proteção para compras de insumos				
Futuros de níquel	Alta do preço do níquel	0,4	(0,6)	(1,7)
Item protegido: Parte dos custos atrelados ao preço do níquel	Alta do preço do níquel	n.a.	0,6	1,7
Futuros de cobre	Alta do preço do cobre	0,4	(1,4)	(3,2)
Item protegido: Parte dos custos atrelados ao preço do cobre	Alta do preço do cobre	n.a.	1,4	3,2
Warrants da Silver Wheaton Corp.	Queda do preço da ação da SLW	28	12	1
Opções de compra de VLI	Alta do valor da ação da VLI	(152)	(244)	(335)
Opções de acionistas não controladores de subsidiária	Alta do valor da ação da subsidiária	57	(110)	(229)

Instrumento	Principais riscos	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (níquel)	Alta do preço do níquel	12	(21)	(54)
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (cobre)	Alta do preço de cobre	8	(19)	(46)

h) Ratings das contrapartes financeiras

As operações de instrumentos financeiros derivativos, caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros são realizadas com instituições financeiras cujos limites de exposição são revistos periodicamente e aprovados por alçada competente. O risco de crédito das instituições financeiras é avaliado através de uma metodologia que considera, dentre outras informações, os *ratings* divulgados pelas agências internacionais de *rating*.

O quadro a seguir apresenta os *ratings* em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia manteve operações em aberto em 31 de dezembro de 2015.

Ratings de longo prazo por contraparte	Moody's	S&P	Ratings de longo prazo por contraparte	Moody's	S&P
ANZ Australia and New Zealand Banking	Aa2	AA-	Caixa Economica Federal	Baa3	BB+
Banco Bradesco	Baa3	BB+	Citigroup	Baa1	BBB+
Banco de Credito del Peru	Baa1	BBB	Credit Agricole	A2	A
Banco do Brasil	Baa3	BB+	Deutsche Bank	A3	BBB+
Banco do Nordeste	Ba1	BB+	Goldman Sachs	A3	BBB+
Banco Safra	Baa3	BB+	HSBC	A1	A
Banco Santander	Baa3	BB+	Intesa Sanpaolo Spa	Baa1	BBB-
Banco Votorantim	Ba1	BB+	Itau Unibanco	Ba1	BB+
Bank of America	Baa1	BBB+	JP Morgan Chase & Co	A3	A-
Bank of Nova Scotia	Aa2	A+	Macquarie Group Ltd	A3	BBB
Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ	A2	A	Morgan Stanley	A3	BBB+
Banpara	Ba3	BB	National Australia Bank NAB	Aa2	AA-
Barclays	Baa3	BBB	Royal Bank of Canada	Aa3	AA-
BBVA	A3	BBB+	Societe Generale	A2	A
BNP Paribas	A1	A+	Standard Bank Group	Baa3	-
BTG Pactual	Ba2	BB-	Standard Chartered	Aa3	A-

i) Curvas de mercado

As curvas utilizadas para a precificação dos derivativos foram construídas com base em dados da BM&F, Banco Central do Brasil, London Metals Exchange e Bloomberg.

(i) Produtos

Níquel

Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)
SPOT	8.665	JUN16	8.857	DEZ16	8.907
JAN16	8.793	JUL16	8.868	DEZ17	9.007
FEV16	8.807	AGO16	8.878	DEZ18	9.106
MAR16	8.820	SET16	8.885	DEZ19	9.166
ABR16	8.831	OUT16	8.892		
MAI16	8.846	NOV16	8.900		

Cobre

Vencimento	Preço (US\$/lb)	Vencimento	Preço (US\$/lb)	Vencimento	Preço (US\$/lb)
SPOT	2,14	JUN16	2,13	DEZ16	2,13
JAN16	2,14	JUL16	2,13	DEZ17	2,14
FEV16	2,14	AGO16	2,13	DEZ18	2,15
MAR16	2,14	SET16	2,13	DEZ19	2,16
ABR16	2,13	OUT16	2,13		
MAI16	2,13	NOV16	2,13		

Óleo combustível

Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)
SPOT	160	JUN16	181	DEZ16	209
JAN16	162	JUL16	186	DEZ17	249
FEV16	164	AGO16	191	DEZ18	301
MAR16	167	SET16	196	DEZ19	374
ABR16	171	OUT16	201		
MAI16	176	NOV16	205		

(ii) Taxas de câmbio e de juros

Cupom Cambial - US\$ Brasil

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
01/02/16	2,03	01/12/16	4,07	01/10/18	4,27
01/03/16	2,28	02/01/17	4,15	02/01/19	4,28
01/04/16	2,63	01/02/17	4,13	01/04/19	4,19
02/05/16	2,79	01/03/17	4,16	01/07/19	4,18
01/06/16	3,00	03/04/17	4,26	01/10/19	4,23
01/07/16	3,24	03/07/17	4,26	02/01/20	4,31
01/08/16	3,55	02/10/17	4,22	01/04/20	4,26
01/09/16	3,80	02/01/18	4,35	01/07/20	4,25
03/10/16	3,96	02/04/18	4,18	01/10/20	4,17
01/11/16	4,05	02/07/18	4,36	04/01/21	4,43

Curva de Juros US\$

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
1M	0,43	6M	0,78	11M	0,86
2M	0,51	7M	0,80	12M	0,86
3M	0,61	8M	0,82	2A	1,19
4M	0,69	9M	0,84	3A	1,45
5M	0,75	10M	0,85	4A	1,64

TJLP

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
01/02/16	7,00	01/12/16	7,00	01/10/18	7,00
01/03/16	7,00	02/01/17	7,00	02/01/19	7,00
01/04/16	7,00	01/02/17	7,00	01/04/19	7,00
02/05/16	7,00	01/03/17	7,00	01/07/19	7,00
01/06/16	7,00	03/04/17	7,00	01/10/19	7,00
01/07/16	7,00	03/07/17	7,00	02/01/20	7,00
01/08/16	7,00	02/10/17	7,00	01/04/20	7,00
01/09/16	7,00	02/01/18	7,00	01/07/20	7,00
03/10/16	7,00	02/04/18	7,00	01/10/20	7,00
01/11/16	7,00	02/07/18	7,00	04/01/21	7,00

Curva pré em Reais

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
01/02/16	14,34	01/12/16	15,82	01/10/18	16,70
01/03/16	14,48	02/01/17	15,88	02/01/19	16,71
01/04/16	14,75	01/02/17	15,98	01/04/19	16,71
02/05/16	15,01	01/03/17	16,05	01/07/19	16,71
01/06/16	15,14	03/04/17	16,14	01/10/19	16,70
01/07/16	15,19	03/07/17	16,33	02/01/20	16,68
01/08/16	15,39	02/10/17	16,48	01/04/20	16,67
01/09/16	15,55	02/01/18	16,53	01/07/20	16,65
03/10/16	15,67	02/04/18	16,63	01/10/20	16,64
01/11/16	15,75	02/07/18	16,69	04/01/21	16,62

Inflação Implícita (IPCA)

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
01/02/16	7,70	01/12/16	9,08	01/10/18	9,06
01/03/16	7,83	02/01/17	9,14	02/01/19	9,01
01/04/16	8,08	01/02/17	9,15	01/04/19	8,96
02/05/16	8,32	01/03/17	9,16	01/07/19	8,92
01/06/16	8,45	03/04/17	9,17	01/10/19	8,87
01/07/16	8,50	03/07/17	9,20	02/01/20	8,83
01/08/16	8,69	02/10/17	9,19	01/04/20	8,78
01/09/16	8,84	02/01/18	9,14	01/07/20	8,75
03/10/16	8,95	02/04/18	9,14	01/10/20	8,71
01/11/16	9,02	02/07/18	9,12	04/01/21	8,68

Curva de Juros EUR

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
1M	-0,21	6M	-0,08	11M	-0,06
2M	-0,16	7M	-0,07	12M	-0,06
3M	-0,13	8M	-0,07	2A	0,03
4M	-0,11	9M	-0,06	3A	0,06
5M	-0,09	10M	-0,06	4A	0,19

Curva de Juros CAD

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
1M	0,88	6M	0,96	11M	0,81
2M	0,87	7M	0,92	12M	0,79
3M	0,87	8M	0,88	2A	0,83
4M	0,92	9M	0,85	3A	0,95
5M	0,95	10M	0,83	4A	1,08

Cotação de Fechamento

CAD/US\$	0,7212	US\$/BRL	3,9048	EUR/US\$	1,0934
----------	--------	----------	--------	----------	--------

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (“ON”) e ações preferenciais não resgatáveis (“PNA”), todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do direito de voto para eleger membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social é de R\$77.300 correspondendo a 5.244.316.120 ações escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	31 de dezembro de 2015		
	ON	PNA	Total
Acionistas			
Valepar S.A.	1.716.435.045	20.340.000	1.736.775.045
Governo Brasileiro (Golden Share)	-	12	12
Investidores estrangeiros em ADRs	814.888.084	664.356.644	1.479.244.728
FMP - FGTS	80.275.389	-	80.275.389
PIBB - BNDES	1.391.867	1.546.759	2.938.626
BNDESPar	206.378.882	66.185.272	272.564.154
Investidores institucionais estrangeiros no mercado local	250.366.203	659.351.871	909.718.074
Investidores institucionais	77.393.251	146.982.509	224.375.760
Investidores de varejo no país	38.524.279	408.958.859	447.483.138
Ações em circulação	3.185.653.000	1.967.721.926	5.153.374.926
Ações em tesouraria	31.535.402	59.405.792	90.941.194
Total de ações emitidas	3.217.188.402	2.027.127.718	5.244.316.120
Valores por classe de ações (em milhões)	47.421	29.879	77.300
Total de ações autorizadas	7.200.000.000	3.600.000.000	10.800.000.000

b) Reserva de lucros

Os valores das reservas de lucro estão assim distribuídos:

	Reserva de investimento	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Total de reservas de lucro
Saldo em 31 de dezembro de 2013	58.725	8.084	2.453	69.262
Capitalização de reservas	(28)	-	(2.272)	(2.300)
Cancelamentos de ações em tesouraria	(5.092)	-	-	(5.092)
Realização de reservas	(8.994)	-	-	(8.994)
Destinação do resultado	-	47	162	209
Saldo em 31 de dezembro de 2014	44.611	8.131	343	53.085
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale	(5.026)	-	-	(5.026)
Destinação do resultado	(39.585)	(4.285)	(343)	(44.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	3.846	-	3.846

Reserva de investimento - tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social.

Reserva legal - constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais - resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais (nota 20).

c) Ajustes de avaliação patrimonial

	Obrigações com benefícios a aposentadoria	Hedge de fluxo de caixa	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Conversão de ações	Total de ganhos (perdas)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.605)	(108)	(4)	(1.098)	(2.815)
Outros resultados abrangentes	(453)	(1.044)	-	-	(1.497)
Ajuste de conversão	(187)	(52)	-	(2)	(241)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.245)	(1.204)	(4)	(1.100)	(4.553)
Outros resultados abrangentes	260	1.458	2	-	1.720
Ajuste de conversão	(758)	(279)	(2)	(1)	(1.040)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2.743)	(25)	(4)	(1.101)	(3.873)

d) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

Os valores do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são os seguintes:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2015	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) atribuídos aos acionistas da Vale	(44.213)	954	115
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:			
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas preferenciais	(16.882)	364	43
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	(27.331)	590	72
Total	(44.213)	954	115
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações preferenciais	1.967.722	1.967.722	1.967.722
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações ordinárias	3.185.653	3.185.653	3.185.653
Total	5.153.375	5.153.375	5.153.375
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação			
Ação preferencial	(8,58)	0,19	0,02
Ação ordinária	(8,58)	0,19	0,02

e) Remuneração aos acionistas da Companhia

O estatuto social da Vale determina a remuneração mínima aos acionistas de 25% do lucro líquido do exercício, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil. A remuneração mínima contempla os direitos dos acionistas detentores das ações preferencias classes "A" que prevê prioridade no recebimento do maior valor entre 3% do patrimônio líquido ou 6% calculado sobre a parcela do capital constituída por essas classes de ações.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2015
Prejuízo do exercício	(44.213)
Realização de reservas	5.026
Destinação do resultado	44.213
	5.026
Remuneração:	
Mínimo obrigatório (inclui os direitos das ações preferenciais)	-
Remuneração adicional	5.026
	5.026
Natureza da remuneração:	
Juros sobre capital próprio	3.101
Dividendos	1.925
	5.026
Remuneração total por ação	0,975370524

Os valores pagos aos acionistas, por natureza de remuneração, são os seguintes:

	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Total	Valor por ação
Valores pagos em 2013				
Primeira parcela - Abril	792	3.661	4.453	0,864045420
Segunda parcela - Outubro	621	4.245	4.866	0,944337462
Total	1.413	7.906	9.319	
Valores pagos em 2014				
Primeira parcela - Abril	-	4.632	4.632	0,898904129
Segunda parcela - Outubro	1.752	3.355	5.107	0,990876867
Total	1.752	7.987	9.739	
Valores pagos em 2015				
Primeira parcela - Abril	-	3.101	3.101	0,601760991
Segunda parcela - Outubro	1.925	-	1.925	0,373609533
Total	1.925	3.101	5.026	

Em janeiro de 2016 (evento subsequente), a Vale informou que, a fim de atender o disposto em sua política de remuneração ao acionista e devido à volatilidade nos preços das commodities minerais, a Diretoria Executiva aprovou e submeterá ao Conselho de Administração proposta de remuneração mínima igual a zero durante o ano de 2016. À medida que o cenário esteja mais bem definido e em havendo geração de caixa suficiente, o Conselho de Administração poderá decidir pela distribuição de remuneração aos acionistas.

26. Custos e despesas por natureza

a) Custo de produtos vendidos e serviços prestados

	Exercício findo em 31 de dezembro				
	Consolidado			Controladora	
	2015	2014	2013	2015	2014
Pessoal	7.770	7.273	7.060	3.597	3.228
Material e serviço	12.834	12.775	13.236	5.619	5.951
Óleo combustível e gases	4.339	3.842	3.889	2.590	2.481
Manutenção	8.754	5.652	4.098	5.397	4.579
Energia	1.892	1.416	1.430	926	674
Aquisição de produtos	2.531	3.800	3.056	684	1.071
Depreciação e exaustão	11.803	9.086	8.031	4.147	3.291
Frete	11.877	8.514	6.979	-	-
Outros	6.858	6.729	4.732	4.562	4.818
Total	68.658	59.087	52.511	27.522	26.093
Custo dos produtos vendidos	66.933	56.863	48.450	26.467	24.693
Custo dos serviços prestados	1.725	2.224	4.061	1.055	1.400
Total	68.658	59.087	52.511	27.522	26.093

b) Despesas com vendas e administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro				
	Consolidado			Controladora	
	2015	2014	2013	2015	2014
Pessoal	870	1.030	1.062	509	597
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	378	465	722	194	292
Propaganda e publicidade	39	97	97	30	85
Depreciação e amortização	445	522	413	321	330
Despesas de viagem	37	56	40	19	31
Aluguéis e outros tributos	52	66	54	22	18
Outros	322	367	416	46	88
Total	2.143	2.603	2.804	1.141	1.441

c) Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

	Exercício findo em 31 de dezembro				
	Consolidado			Controladora	
	2015	2014	2013	2015	2014
Provisão para processos judiciais	111	417	(225)	(53)	484
Provisão para perdas com créditos de ICMS	728	338	383	767	593
Provisão do programa de participação nos lucros	64	299	471	41	227
Provisão para baixa de materiais e estoques (i)	505	476	348	74	37
Operação de ouro	(722)	-	(492)	-	-
Programa de refinanciamento de tributo estadual (REFIS - ICMS)	-	-	389	-	-
Resultado na alienação ou baixa de imobilizados e intangíveis	295	232	213	165	198
Fundação Vale S.A.	40	33	57	41	34
Outros (ii)	(435)	765	1.013	(1.107)	423
Total	586	2.560	2.157	(72)	1.996

(i) Inclui depreciação no montante de R\$200 em 31 de dezembro de 2015.

(ii) A Companhia revisou seu plano de mineração, estendendo a vida útil de alguns ativos e o escopo de trabalho, e o excesso de R\$1.281 entre a diferença da redução do passivo e a obrigação para desmobilização de ativos no imobilizado foi reconhecido como outras despesas.

27. Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro				
	Consolidado			Controladora	
	2015	2014	2013	2015	2014
Despesas financeiras					
Juros brutos de empréstimos e financiamentos	(5.518)	(4.080)	(3.398)	(5.295)	(3.449)
Juros capitalizados	2.531	1.387	519	1.258	738
Processos trabalhistas, cíveis e fiscais	(193)	(218)	(242)	(127)	(206)
Instrumentos financeiros derivativos	(11.969)	(4.885)	(3.031)	(7.471)	(2.496)
Variações monetárias e cambiais (a)	(46.887)	(11.716)	(10.056)	(45.899)	(9.711)
Debêntures participativas	3.039	(665)	(800)	3.039	(665)
Despesas de REFIS	(1.795)	(1.603)	(6.039)	(1.758)	(1.570)
Outras	(1.913)	(1.640)	(1.190)	(697)	(1.136)
	(62.705)	(23.420)	(24.237)	(56.950)	(18.495)
Receitas financeiras					
Aplicações financeiras	552	449	224	276	322
Instrumentos financeiros derivativos	3.885	1.461	810	2.994	1.246
Variações monetárias e cambiais (b)	21.376	6.271	3.572	22.445	5.599
Outras	354	486	1.189	107	212
	26.167	8.667	5.795	25.822	7.379
Resultado financeiro líquido	(36.538)	(14.753)	(18.442)	(31.128)	(11.116)
Resumo das variações monetárias e cambiais					
Empréstimos e financiamentos	(34.630)	(8.131)	(7.314)	(12.954)	(2.517)
Partes relacionadas	(3)	1	23	(20.756)	(2.743)
Outros	9.122	2.685	807	10.256	1.148
Líquido (a) + (b)	(25.511)	(5.445)	(6.484)	(23.454)	(4.112)

28. Receita diferida - Fluxo de ouro

Em 2013, a Companhia firmou transação de ouro ("transação original") com Silver Wheaton Corp. ("SLW") para vender 25% do ouro extraído como subproduto durante a vida útil da mina de cobre de Salobo ("transação Salobo") e 70% do ouro extraído como subproduto durante os próximos 20 anos, das minas de níquel de Sudbury ("transação Sudbury"). A Companhia recebeu um pagamento inicial em dinheiro no valor de US\$1.900 (R\$4.060).

A transação original foi aditada em março de 2015 para incluir a venda adicional de 25% do ouro extraído como subproduto durante a vida útil da mina de cobre de Salobo ("transação adicional"). A Companhia recebeu um pagamento inicial em dinheiro no valor de US\$900 (R\$2.826). A Companhia poderá também receber pagamento adicional em dinheiro, dependendo de sua decisão de expandir a capacidade de processamento do minério de cobre de Salobo para mais de 28 Mtpa até 2036. Esse montante adicional poderá variar entre US\$88 à US\$720 dependendo do tempo e tamanho da expansão.

Conforme o ouro é entregue a SLW, a Vale recebe pagamento igual ao menor de: (i) US\$400 por onça de ouro refinado entregues (os quais os pagamentos estão sujeitos a um aumento anual de 1% ao ano começando em 1º de janeiro de 2017 para as transações original e adicional e a cada 1º de janeiro seguintes) e (ii) o preço referência de mercado na data de entrega.

Esta operação foi bifurcada em dois componentes identificáveis da transação sendo: (i) a venda dos direitos minerários e, (ii) os serviços para a extração de ouro na parte em que a Vale atua como um agente de extração de ouro para a SLW.

O resultado da venda dos direitos minerários de R\$722 foi reconhecido no resultado, na conta de outras despesas operacionais, líquidas. A parcela relativa à prestação de serviços futuros para a extração de ouro foi registrada como receita diferida (passivo) no montante de R\$1.670 e será reconhecida no resultado conforme o serviço for prestado e o ouro extraído. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia reconheceu no resultado R\$361 e R\$151, respectivamente, referente a serviços prestados nas transações original e adicional.

A receita diferida é reconhecida com base nas unidades de ouro extraído em comparação com o total de reservas provadas e prováveis de ouro negociados com SLW. A definição do ganho na venda dos direitos minerários e a parcela de receita diferida da transação requer o uso de estimativas contábeis críticas como segue:

- As taxas de desconto utilizadas para mensurar o valor presente de futuras entradas e saídas;
- Alocação de custos entre cobre e ouro com base nos preços relativos;
- Margem esperada para os elementos independentes (venda de direitos minerários e de serviços para a extração de ouro) com base na melhor estimativa da Companhia.

29. Compromissos

a) Operações de metais básicos

i) Operações de níquel – Nova Caledônia

Em relação à construção e instalação de nossa planta de processamento de níquel em Nova Caledônia, a controlada Vale Canada Limited ("Vale Canada") forneceu garantias para acordos de financiamentos, estruturado sobre a lei tributária francesa para BNP Paribas (agente pelo benefício de investidores tributários). A garantia refere-se a pagamentos relacionados ao financiamento devidos pela controlada Vale Nouvelle-Calédonie S.A.S. ("VNC") para uma entidade controlada por investidores franceses sobre alguns ativos da operação. Consistente com os compromissos da VNC sobre o financiamento, os ativos foram substancialmente finalizados em 31 de dezembro de 2012. A Vale Canada também assumiu o compromisso de que os ativos serão operados por um período de cinco anos. A Vale Canada acredita que a probabilidade da garantia ser reclamada é remota.

Em outubro de 2012, a Vale Canada entrou em um acordo com a Sumic Nickel Netherland B.V. ("Sumic"), acionista da VNC, para fazer um aditivo ao acordo de acionistas para refletir o consenso da Sumic na diluição de suas ações na VNC de 21% para 14,5%. A Sumic tinha originalmente uma opção de vender à Vale Canada suas ações da VNC se o custo definido do projeto inicial de desenvolvimento excedesse certo limite e um acordo caso não fosse alcançado sobre como proceder com relação ao projeto. Em outubro de 2012, o gatilho da opção foi mudado de um limite de custo para um teste de produção, e posteriormente o prazo da opção foi alterado até dezembro de 2015. A VNC não alcançou a produção em dezembro de 2015 e a opção da Sumic foi automaticamente disparada. Consequentemente, a Sumic venderá suas ações na VNC para Vale Canada em 2016. Como a opção foi automaticamente disparada em dezembro de 2015, a Vale reconheceu em seu patrimônio o valor referente a 14,5% da VNC e os passivos para a Sumic como partes relacionadas (nota 30).

ii) Operações de níquel – Indonésia

Em outubro de 2014, a controlada PT Vale Indonesia TBK (“PTVI”), uma companhia listada na Indonésia, renegociou seu acordo com o Governo para operar (conhecido como Contrato de Trabalho (Contract of Work - “CoW”). A renegociação incluiu comprometimento da PTVI em desinvestir 20% de participação para o mercado da Indonésia (aproximadamente 20% das ações da PTVI já estão registradas na bolsa de valores da Indonésia) dentro de cinco anos. O desinvestimento será cumprido pelos acionistas majoritários da PTVI, Vale Canada e Sumitomo Mining Metal Co., Ltd., com base nas suas participações. A renegociação do CoW impactou o resultado de 2014, registrado como perda no montante de R\$441 e apresentado como resultado na mensuração ou venda de ativos não circulantes.

iii) Operações de níquel – Canadá

As controladas Vale Canada Limited e Vale Newfoundland & Labrador Limited (“VNLL”) e a Província de Newfoundland e Labrador (“Província”) assinaram um Acordo de Desenvolvimento sobre direitos e obrigações de VNLL com relação ao desenvolvimento e operação da mina de Voisey’s Bay junto com outras obrigações sobre o processamento na Província e a exportação de níquel e cobre concentrado. Em 19 de dezembro de 2014, o Sexto Aditivo para o Acordo de Desenvolvimento foi executado. O Sexto Aditivo inclui compromissos operacionais e outros compromissos chave no acordo. Assim sendo, sob o Acordo de Desenvolvimento, VNLL tem uma obrigação potencial securitizada por cartas de crédito e outros títulos, os quais podem se tornar devidos e pagáveis no evento de certos compromissos relacionados com a construção da mina subterrânea seja adiada ou não atingida.

No decorrer das operações, foram fornecidas cartas de crédito e garantias no valor de R\$3,9 bilhões que estão associados a itens como reclamações ambientais, compromissos com desmobilização de ativos, contratos de eletricidade, benefícios pós-aposentadoria, acordos de serviço à comunidade e compromissos de importação e exportação.

b) Debêntures participativas

Por ocasião da privatização em 1997, a Companhia emitiu debêntures para os acionistas existentes, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização participassem em possíveis benefícios futuros, que viessem a ser obtidos a partir da exploração de certos recursos minerais.

Um total de 388.559.056 debêntures foi emitido a um valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real), cujo valor será corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”), conforme definido na Escritura de Emissão. A Companhia pagou a título de remuneração semianual o montante de R\$207 e R\$285, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

c) Arrendamento operacional

Os compromissos de pagamentos futuros de arrendamentos operacionais são os seguintes:

2016	187
2017	196
2018	206
2019	177
2020 e períodos subsequentes	186
Total de pagamentos mínimos requeridos	952

d) Garantias concedidas

Em 31 de dezembro de 2015, o total de garantias concedidas pela Vale (no limite de sua participação direta ou indireta) para as companhias Norte Energia S.A. e Companhia Siderúrgica do Pecém S.A. totalizavam R\$1.070 e R\$4.576, respectivamente. Com a conclusão da operação dos ativos de geração de energia (nota 5) a garantia da Norte Energia S.A. passou a ser compartilhada com a Cemig GT.

30. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se o preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

No curso normal das operações, a Vale realiza contratos com partes relacionadas (controladas, coligadas, *joint ventures* e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e serviços de transporte ferroviário.

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações contábeis são os seguintes:

	Ativo							
	Consolidado							
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Caixa e equivalentes de caixa	Instrumentos financeiros derivativos	Contas a receber	Partes relacionadas	Caixa e equivalentes de caixa	Instrumentos financeiros derivativos	Contas a receber	Partes relacionadas
Banco Bradesco S.A.	144	258	-	-	159	64	-	-
Banco do Brasil S.A.	1.544	62	-	-	1.134	93	-	-
Baovale Mineração S.A.	-	-	-	4	-	-	10	24
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	-	-	-	22	-	-	-	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	-	-	3	14	-	-	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	-	-	-	33	-	-	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	-	-	-	35	-	-	-	-
Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	-	-	60	-	-	-	-	-
Ferrovia Norte Sul S.A.	-	-	12	-	-	-	24	-
Mitsui & Co., Ltd.	-	-	5	-	-	-	25	-
MRS Logística S.A.	-	-	-	65	-	-	9	64
Samarco Mineração S.A.	-	-	-	-	-	-	63	822
Teal Minerals Inc.	-	-	-	-	-	-	-	573
VLI Multimodal S.A.	-	-	36	-	-	-	67	-
VLI Operações Portuárias S.A.	-	-	99	-	-	-	69	-
VLI S.A.	-	-	-	39	-	-	25	-
Outros	-	-	91	66	-	-	278	147
Total	1.688	320	306	278	1.293	157	570	1.630

	Passivo							
	Consolidado							
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Fornecedores e empreiteiros	Instrumentos financeiros derivativos	Partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores e empreiteiros	Instrumentos financeiros derivativos	Partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos
Aliança Geração de Energia S.A.	43	-	-	-	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	-	800	-	1.445	-	409	-	27
Banco do Brasil S.A.	-	976	-	10.250	-	356	-	6.694
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES")	-	152	-	15.877	-	-	-	12.527
Baovale Mineração S.A.	29	-	-	-	10	-	-	-
BNDES Participações S.A.	-	-	-	1.449	-	-	-	1.565
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	15	-	273	-	3	-	227	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	143	-	26	-	85	-	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	12	-	252	-	2	-	125	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	34	-	436	-	5	-	389	-
Consórcio Rebocadores Baía de São Marcos	30	-	-	-	-	-	-	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	-	-	266	-	-	-	261	-
Mitsui & Co., Ltd.	41	-	-	-	25	-	-	-
MRS Logística S.A.	91	-	-	-	67	-	-	-
Sumic Nickel Netherland B.V.	-	-	1.374	-	-	-	-	-
Outros	93	-	59	-	89	-	99	-
Total	531	1.928	2.686	29.021	286	765	1.101	20.813

	Ativo							
	Controladora							
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Instrumentos financeiros derivativos	Partes relacionadas	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Instrumentos financeiros derivativos	Partes relacionadas
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	10	-	24
Banco Bradesco S.A.	44	-	258	-	45	-	64	-
Banco do Brasil S.A.	217	-	62	-	433	-	93	-
Biopalma da Amazônia S.A.	-	-	-	1.360	-	-	-	992
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	-	-	-	22	-	-	-	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	-	-	-	14	-	-	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	-	-	-	33	-	-	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	-	-	-	35	-	-	-	-
Companhia Portuária Baía de Sepetiba	-	-	-	119	-	-	-	-
Mineração Brasileiras Reunidas S.A.	-	-	-	161	-	-	-	352
Mineração Corumbaense Reunidas S.A.	-	51	-	-	-	37	-	226
MRS Logística S.A.	-	-	-	27	-	9	-	28
Salobo Metais S.A.	-	22	-	155	-	-	-	-
Samarco Mineração S.A.	-	-	-	-	-	63	-	822
Vale International S.A.	-	36.518	-	331	-	30.019	-	276
VLI Multimodal S.A.	-	36	-	-	-	67	-	-
VLI Operações Portuárias S.A.	-	99	-	-	-	69	-	-
VLI S.A.	-	-	-	39	-	25	-	-
Outros	-	230	-	6	-	267	-	409
Total	261	36.956	320	2.302	478	30.566	157	3.129

	Passivo							
	Controladora							
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Fornecedores e empreiteiros	Instrumentos financeiros derivativos	Partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores e empreiteiros	Instrumentos financeiros derivativos	Partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos
Aliança Geração de Energia S.A.	43	-	-	-	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	-	800	-	1.445	-	409	-	27
Banco do Brasil S.A.	-	976	-	10.250	-	356	-	6.794
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)	-	152	-	14.405	-	-	-	11.639
Baovale Mineração S.A.	29	-	-	-	10	-	-	-
BNDES Participações S.A.	-	-	-	1.449	-	-	-	1.565
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	15	-	-	-	3	-	-	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	143	-	-	-	85	-	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	12	-	-	-	2	-	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	34	-	-	-	5	-	-	-
Companhia Portuária Baía de Sepetiba	484	-	-	-	148	-	-	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	-	-	266	-	-	-	-	-
Mineração Brasileiras Reunidas S.A.	510	-	3.172	-	-	-	261	-
Mitsui & Co., Ltd.	-	-	-	-	28	-	-	-
MRS Logística S.A.	91	-	-	-	67	-	-	-
Vale International S.A.	5	-	66.814	-	314	-	48.532	-
Outros	257	-	359	-	93	-	435	-
Total	1.623	1.928	70.611	26.472	755	765	49.228	14.928

	Consolidado								
	Exercício findo em 31 de dezembro								
	Receita de venda, líquida			Custos e despesas			Resultado financeiro		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Aliança Geração de Energia S.A.	44	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	-	-	-	(218)	(55)	(7)
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	(1.390)	(155)	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)	-	-	-	-	-	-	(1.331)	(470)	(388)
Baovale Mineração S.A.	-	-	-	78	47	49	-	-	-
BNDES Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	(178)	(95)	(100)
California Steel Industries, Inc.	-	420	458	-	-	-	-	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	-	-	-	270	230	134	-	-	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	-	-	-	168	108	53	-	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	-	-	-	224	115	58	-	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	-	-	-	365	369	112	-	-	-
Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	-	-	495	489	-	-	-
Ferrovia Centro Atlântico S.A.	156	140	-	128	-	-	(5)	-	-
Mitsui & Co., Ltd.	612	260	261	-	93	8	-	-	-
MRS Logística S.A.	-	-	-	1.620	1.407	1.324	-	-	-
Samarco Mineração S.A.	407	491	936	-	-	-	-	-	-
Teal Minerals Inc.	-	-	-	-	-	-	39	-	-
VLI Operações Portuárias S.A.	205	474	-	-	-	-	-	-	-
VLI S.A.	630	351	-	-	-	-	-	18	-
Outros	183	246	181	149	209	48	(9)	46	49
Total	2.237	2.382	1.836	3.002	3.073	2.275	(3.092)	(711)	(446)

Controladora						
	Exercício findo em 31 de dezembro					
	Receita de venda, líquida		Custos e despesas		Resultado financeiro	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	-	(219)	(56)
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	(1.390)	(286)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES")	-	-	-	-	(1.295)	(464)
Baovale Mineração S.A.	-	-	78	47	-	-
Biopalma da Amazônia S.A.	-	-	-	-	517	158
BNDES Participações S.A.	-	-	-	-	(178)	(95)
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	-	-	270	230	-	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	-	-	168	108	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	-	-	234	115	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	-	-	-	369	-	-
Companhia Portuária Baía de Sepetiba	-	-	892	625	-	-
Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	365	-	-	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	156	140	128	144	-	-
Mineração Brasileiras Reunidas S.A.	-	-	1.133	724	(172)	-
MRS Logística S.A.	-	-	1.620	1.407	-	-
Samarco Mineração S.A.	408	491	-	-	-	-
Vale Energia S.A.	-	-	242	137	-	-
Vale International S.A.	37.251	48.050	-	-	(15.021)	(4.288)
VLI Operações Portuárias S.A.	205	474	-	-	-	-
VLI S.A.	754	351	-	-	-	-
Outros	146	232	21	52	(14)	136
Total	38.920	49.738	5.151	3.958	(17.772)	(4.895)

A remuneração do pessoal chave da administração é a seguinte:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2015	2014	2013
Benefícios de curto prazo:			
Salário ou pró-labore	25	25	23
Benefícios direto e indireto	19	17	14
Bônus	24	28	19
	68	70	56
Benefícios de longo prazo:			
Baseado em ações	2	2	2
Cessação do cargo	19	-	1
	89	72	59

31. Sumário das principais políticas contábeis

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis do Grupo e de suas coligadas e *joint ventures* são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Controladora é o real ("BRL" ou "R\$"). Para fins de apresentação, as demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$.

As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira. As exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas no resultado abrangente.

As demonstrações do resultado e os balanços patrimoniais das entidades do Grupo cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação conforme a seguir: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto os componentes especificados no item (iii)) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as receitas e despesas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que, por sua relevância, são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social, reservas de capital e ações em tesouraria são convertidos pela taxa da data da transação. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado abrangente como ajustes acumulados de conversão, e transferidas para o resultado quando da realização da operação.

As principais taxas cambiais utilizadas pelo Grupo para traduzir suas operações são as seguintes:

	Taxa final			Cotações utilizadas para conversões em R\$		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Dólar Norte-Americano ("US\$")	3,9048	2,6562	2,3426	3,3387	2,3547	2,1605
Dólar Canadense ("CAD")	2,8171	2,2920	2,2031	2,6020	2,1308	2,0954
Dólar Australiano ("AUD")	2,8532	2,1765	2,0941	2,4979	2,1205	2,0821
Euro ("EUR" ou "€")	4,2504	3,2270	3,2265	3,6999	3,1205	2,8716

b) Consolidação e investimentos

As demonstrações contábeis refletem os ativos, passivos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas" ou "subsidiárias"). Saldos e transações intergrupo, que inclui lucros não realizados, são eliminados. Subsidiárias cujo controle foi obtido através de outros instrumentos, como acordo de acionistas, são também consolidadas mesmo que a Companhia não detenha a maioria do capital votante.

Para entidades em que a Companhia possua controle compartilhado ("*joint ventures*") ou influência significativa, mas não controle ("coligadas"), os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas também são mensurados pelo método de equivalência patrimonial. Nas participações em operações controladas em conjuntos ("*joint operations*"), a Companhia reconhece sua participação nos ativos, passivos e resultado.

Os ganhos não realizados das operações *downstream* ou *upstream* entre a Companhia e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados integral ou proporcionalmente à participação da Companhia.

A composição do Grupo (empresas relevantes com base nas operações para o Grupo) e suas entidades não consolidadas são as seguintes:

	Localização	Atividade principal	% de participação	% de capital votante	% Acionistas não controladores ou outros investidores
Controladas diretas e indiretas					
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba	Brasil	Minério de ferro	100,0%	100,0%	0,0%
Compañia Minera Miski Mayo S.A.C.	Peru	Fertilizantes	40,0%	51,0%	60,0%
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	Brasil	Minério de ferro e manganês	100,0%	100,0%	0,0%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	Brasil	Minério de ferro	62,5%	98,3%	37,5%
Salobo Metais S.A.	Brasil	Cobre	100,0%	100,0%	0,0%
Vale International Holdings GmbH	Áustria	Holding e pesquisa	100,0%	100,0%	0,0%
Vale Canada Holdings Inc.	Canadá	Holding	100,0%	100,0%	0,0%
Vale Canada Limited	Canadá	Níquel	100,0%	100,0%	0,0%
Vale Fertilizantes S.A.	Brasil	Fertilizantes	100,0%	100,0%	0,0%
Vale International S.A.	Suíça	Trading e holding	100,0%	100,0%	0,0%
Vale Malaysia Minerals Sdn. Bhd.	Malásia	Minério de ferro	100,0%	100,0%	0,0%
Vale Manganês S.A.	Brasil	Manganês e ferroligas	100,0%	100,0%	0,0%
Vale Moçambique S.A.	Moçambique	Carvão	95,0%	95,0%	5,0%
Vale Nouvelle Calédonie S.A.S.	Nova Caledônia	Níquel	80,5%	80,5%	19,5%
Vale Shipping Holding Pte. Ltd.	Singapura	Minério de ferro	100,0%	100,0%	0,0%
Coligadas diretas, indiretas e joint ventures					
Aliança Geração de Energia S.A.	Brasil	Energia	55,0%	55,0%	45,0%
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	Brasil	Pelotização	50,0%	50,0%	50,0%
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	Brasil	Pelotização	50,9%	51,0%	49,1%
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	Brasil	Pelotização	50,9%	51,0%	49,1%
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	Brasil	Pelotização	51,0%	51,1%	49,0%
Companhia Siderúrgica do Pecém	Brasil	Siderurgia	50,0%	50,0%	50,0%
Henan Longyu Energy Resources Co., Ltd.	China	Carvão	25,0%	25,0%	75,0%
MRS Logística S.A.	Brasil	Minério de ferro	40,0%	40,0%	60,0%
Samarco Mineração S.A.	Brasil	Pelotização	50,0%	50,0%	50,0%
VLI S.A.	Brasil	Logística	37,6%	37,6%	62,4%

As práticas contábeis das controladas, coligadas e *joint ventures* são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Vale.

c) Participação dos acionistas não controladores

Investimentos detidos por investidores nas controladas da Vale são classificados como acionista não controlador. A Companhia trata as transações com acionistas não controladores como operações com proprietários do Grupo.

Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer montante pago e o valor contábil da parcela adquirida dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações de participações dos acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

d) Segmentação

A Companhia divulga na nota 3 informações consolidadas de segmento de acordo com os princípios e conceitos utilizados pelos tomadores de decisão na avaliação de desempenho. As informações são analisadas por segmento são as seguintes:

i. Minerais ferrosos

Minerais ferrosos compreendem a produção e extração de minério de ferro, pelotas e serviços de logística relacionados (ferrovias, portos e terminais), minério de manganês e ferroligas e outros produtos ferrosos e serviços.

ii. Carvão

Carvão compreende a extração de carvão e serviços de logística relacionados (ferrovia, portos e terminais).

iii. Metais básicos

Metais básicos incluem a produção e extração de minerais não ferrosos, e são apresentados como níquel e outros produtos (ferro-níquel, cobre, metais preciosos e outros) e cobre (concentrado de cobre).

iv. Fertilizantes

Fertilizantes incluem a produção de três importantes grupos de nutrientes (potássio, fosfato e nitrogenados) e outros produtos fertilizantes.

v. Outros

O segmento de outros compreendem as vendas e custos de outros produtos, serviços e investimentos em *joint ventures* e coligadas de outros negócios.

e) Contas a receber

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de produtos e prestação de serviços efetuados pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Os custos de produção são determinados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a produção, mensurados pelo método de custo médio. Estimativa de perdas com estoques obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida.

g) Ativos mantidos para a venda

Quando a Companhia está comprometida de venda de ativos, onde (i) estão disponíveis para a venda imediata, (ii) a venda é altamente provável; e (iii) o valor contábil desses ativos serão realizados através da venda e não pelo seu uso, estes ativos e passivos relacionados são classificados como ativos e passivos mantidos para a venda. Os ativos e passivos mantidos para venda estão descritos na nota 5.

Os ativos e passivos relacionados não circulantes mantidos para venda são registrados como ativos e circulantes, e são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

h) Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério (“stripping costs”)

Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos (“custo de remoção estéril” ou “*stripping costs*”) incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo imobilizado em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos identificáveis são classificados como não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

Os custos de remoção de estéril são mensurados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a sua remoção e, quando aplicável, é deduzido de eventual *impairment*, nos mesmos moldes adotados para a unidade geradora de caixa no qual pertence.

i) Intangíveis

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Os intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva e tem sua recuperabilidade testada sempre que existem indícios de que o ativo possa estar desvalorizado. Os ativos de vida útil indefinida não são amortizados e tem sua recuperabilidade testada anualmente.

A Companhia possui concessão de ferrovias válida por um período de tempo determinado. Estes bens são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelo período menor entre a vida útil do bem e a data de encerramento do contrato e retorno dos bens ao poder concedente.

Os intangíveis identificáveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do *goodwill*.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Concessões	3 a 12 anos
Direito de uso	22 a 31 anos
Software	3 a 5 anos

j) Imobilizados

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados por (i) custos diretos e indiretamente atribuídos à construção da planta da mina; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de bens utilizados na construção; (iv) estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade; e (v) outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Companhia de concluir o projeto).

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Os demais ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Imóveis	15 a 50 anos
Instalações	8 a 50 anos
Equipamentos	3 a 33 anos
Ativos minerários	Produção
Outros:	
Locomotivas	12,5 a 25 anos
Vagões	33 a 44 anos
Equipamentos ferroviários	5 a 50 anos
Navios	5 a 20 anos
Outros	2 a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

k) Gastos com estudos e pesquisas

i. Gastos com pesquisas e exploração

São considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como custos de desenvolvimento de minas.

ii. Gastos com estudo de viabilidade, novas tecnologias e outras pesquisas

A Companhia também realiza estudo de viabilidade para muitos outros negócios que operam e pesquisam novas tecnologias para otimizar os processos de mineração. Depois de comprovada a viabilidade econômica, os gastos incorridos são capitalizados.

l) Redução de valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetivas de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*.

Para os ativos não financeiros de longa duração (como, intangíveis ou imobilizados), quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Companhia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: reservas e recursos minerais calculados por especialistas internos; custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados; e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são baseados na vida útil de cada unidade (consumo das reservas no caso das unidades minerais) e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Independentemente da indicação de *impairment* de seu valor contábil, os saldos de *goodwill*, outros ativos intangíveis com vida útil indefinida e terrenos são testados para *impairment* pelo menos uma vez por ano.

Os ativos não circulantes (excluindo *goodwill*) os quais a Companhia reconheceu *impairment*, são revisados caso eventos ou alterações de circunstância indiquem que o *impairment* não é mais aplicável. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida.

m) Fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza transações com prazo máximo de pagamento de 360 dias. Nessas circunstâncias, alguns fornecedores descontam seus recebíveis com instituições financeiras à Libor+0,4% a.a. até Libor+1,3 a.a. Essas operações totalizaram R\$1.056 e R\$749 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, sendo ajustadas a valor presente e o resultado relativo aos juros incorridos é reconhecido na despesa financeira no resultado do exercício.

n) Empréstimo e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. A taxa média de capitalização é de 46%. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

o) Arrendamento mercantil (“Lease”)

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento mercantil financeiro ou operacional com base na avaliação sobre a essência da operação contratada que pode, ou não, estar vinculada à aquisição substancial dos riscos e benefícios advindos dos ativos objetos do contrato, ao longo de sua vida útil.

Nos contratos de arrendamento financeiro, o menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento é registrado no ativo imobilizado com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo. Nos arrendamentos operacionais, os pagamentos efetuados são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato como custo ou despesa no resultado.

p) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

i. Provisão com obrigações de desmobilização de ativos

A provisão refere-se aos custos para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados. No reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e a depreciação mensurada na mesma base dos bens a que se refere e reconhecida no resultado do exercício.

O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto de longo prazo livre de risco aplicável ao passivo e registrado contra o resultado do exercício, como despesa financeira e é liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários.

ii. Provisão para processos judiciais

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

q) Benefícios a empregados

i. Benefício de curto prazo – salários, férias e encargos incidentes.

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

ii. Benefício de curto prazo – programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (“PLR”) tendo como base o cumprimento de metas de desempenho individual e de equipe e dos resultados alcançados. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo de produtos vendidos e serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

iii. Benefício de longo prazo – Programas de incentivo de longo prazo

A Companhia estabeleceu mecanismos de premiação para seus executivos, elegíveis seguindo critérios internos (Plano *Matching* e Plano de Ações Virtuais - PAV), com o objetivo de incentivar a permanência e o desempenho dos mesmos. As obrigações são medidas, em cada data de divulgação, a valor justo, baseado em cotações de mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos no resultado durante os anos definidos como período aquisitivo.

iv. Benefício de longo prazo – fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia mantém diversos planos de aposentadoria para seus funcionários.

Para os planos de contribuição definida, a obrigação da Companhia se restringe a contribuição mensal vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a estes planos.

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício definido na data, menos o valor justo dos ativos do plano. A Companhia reconhece no resultado os custos de serviços, as despesas de juros sobre obrigações e as receitas de juros sobre ativos do plano. A remensuração dos ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (líquido das receitas de juros sobre os ativos) e as mudanças no efeito do teto do ativo e passivo oneroso, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Para os planos superavitários, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit. Para os planos deficitários, a Companhia reconhece os passivos líquidos, os resultados do exercício e os resultados abrangentes advindos da avaliação atuarial.

r) Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

Transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge accounting* efetivo.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado.

s) Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

i. Ativos financeiros

Mensurados ao valor justo por meio do resultado – ativos financeiros mantidos para negociação adquiridos com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo, exceto os instrumentos financeiros derivativos não classificados como *hedge accounting*, considerando a inclusão do risco de crédito das contrapartes no cálculo dos instrumentos.

Empréstimos e recebíveis – são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos e que não são cotados em um mercado ativo, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Mantido até o vencimento – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado.

Disponíveis para vendas – são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado contabilmente no patrimônio líquido. Na realização dos ativos financeiros, o valor justo é reclassificado para a demonstração do resultado do exercício.

ii. Passivos financeiros

Mensurados ao valor justo por meio do resultado – são títulos registrados nesta categoria com o propósito de negociação (recompra) ou que no momento inicial a Companhia optou por designar como mensuração ao valor justo, sendo irretratável esta forma de classificação.

Mensurados ao custo amortizado – são os passivos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis com vencimentos definidos, e que não foram classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

t) Capital social

A Companhia recompra suas ações para permanecerem em tesouraria para uma futura alienação ou cancelamento. Estas ações são reconhecidas em conta específica como redutoras do patrimônio líquido ao valor de aquisição e mantidas ao valor de custo da operação. Esses programas são aprovados pelo Conselho de Administração com prazo e quantidades, por tipo de ações, determinados.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

u) Subvenções governamentais

São reconhecidas contabilmente ao valor justo quando a Companhia cumpre com razoável segurança as condições estabelecidas pelo governo. São registradas contabilmente no resultado, como redução do tributo ou despesa, de acordo com a natureza do benefício e reclassificada para a reserva de lucros, no patrimônio líquido, quando da destinação do resultado.

v) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando a Vale transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes à propriedade do produto vendido e serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Vale e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Dependendo da modalidade contratada, a receita de venda pode ser reconhecida quando o produto for disponibilizado no porto de embarque, carregado no navio ou entregue no destino. A receita de serviços é reconhecida no montante em que os serviços são prestados e aceitos pelo cliente.

Em alguns casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda, e o preço final está sujeito às cláusulas de reajuste dos contratos até a data da precificação final. A receita de venda de preço provisório é reconhecida quando os riscos e benefícios da propriedade são transferidos para o cliente e receita pode ser mensurada de forma confiável. Nesta data, o montante das receitas a serem reconhecidas é estimado com base no preço a prazo do produto vendido e posteriormente ajustado para refletir o preço final.

Os valores correspondentes ao transporte de produtos comercializados pela Companhia que são faturados aos clientes são reconhecidos como receita, quando a Companhia é responsável pelo transporte. Os custos de envio são reconhecidos como custos operacionais.

w) Tributos corrente e diferido sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

A provisão para tributos sobre o lucro é calculada individualmente por entidade do Grupo com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência, pelo diferencial entre a taxa nominal local (com base nas regras fiscais em vigor na localidade da entidade) e as taxas brasileiras. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

x) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, deduzido da remuneração dos detentores de títulos patrimoniais, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria).

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não detém títulos mandatoriamente conversíveis que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

y) Remuneração aos acionistas

A remuneração aos acionistas se dá sobre a forma de dividendos e juros sobre capital próprio. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"). O cálculo é baseado nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não poderão exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucros, conforme determinado pela lei societária brasileira.

O benefício da Companhia, em contraposição ao um pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos com o imposto de renda, pois estas despesas de juros são dedutíveis no Brasil. Sobre parcela da remuneração referente aos juros sobre capital próprio a Companhia retém 15% de imposto de renda em nome dos acionistas. Segundo a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio é considerado como parte do dividendo mínimo anual (nota 25 (e)). Esta distribuição a título de JCP é tratada para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo e o crédito fiscal registrado no resultado.

z) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga sua DVA consolidada e da controladora, de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. Para as práticas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

32. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão assim apresentadas:

a) Reservas minerais e vida útil das minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio e de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Companhia.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

b) Desmobilização de ativos

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

c) *Impairment*

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis (quando há evidência de *impairment*) e intangíveis (anualmente) segregados por unidade geradora de caixa, utilizando modelos de fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

d) Processos judiciais

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

e) Benefícios pós-aposentadoria dos empregados

Os valores registrados nesta conta dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas para determinação dos custos e passivos. Uma das premissas utilizadas é a determinação e utilização da taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os registros contábeis efetuados.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

f) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferente da estimativa da Administração está apresentada na nota 24, (análise de sensibilidade).

g) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do tributo diferido de prejuízo fiscal e/ou diferenças temporária em suas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente.

A determinação do reconhecimento para os tributos diferidos sobre o lucro, ativo e passivo, requer a utilização de estimativas. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação, custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

33. Gestão de riscos

A Vale entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, a Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, a Vale avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado) e aqueles oriundos do risco de liquidez, mas também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional), dentre outros.

a) Política de gestão de risco

O Conselho de Administração estabeleceu a política de gestão de risco corporativo com o objetivo de apoiar o plano de crescimento da Companhia, apoiar o planejamento estratégico e a continuidade dos negócios da Companhia, além de fortalecer a estrutura de capital e gestão do Grupo, garantir adequado grau de flexibilidade na gestão financeira mantendo o nível de solidez requerido para o grau de investimento e fortalecer suas práticas de governança corporativa.

A política de gestão de risco corporativo determina que a Vale mensure e monitore seu risco corporativo de forma consolidada, com o objetivo de garantir que o nível total de risco da Companhia permaneça alinhado às diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

O Comitê Executivo de Gestão de Riscos, criado pelo Conselho de Administração, é responsável por apoiar a Diretoria Executiva nas análises de risco e por emitir pareceres referentes à gestão de riscos da Companhia. É responsável também pela supervisão e revisão dos princípios e instrumentos de gestão de riscos corporativos.

A Diretoria Executiva é responsável por aprovar os desdobramentos da política em normas, regras e responsabilidades e por informar ao Conselho de Administração sobre estes procedimentos.

As normas e instruções de gestão de riscos complementam a política de gestão de risco corporativo e definem práticas, processos, controles, papéis e responsabilidades na Companhia no que se refere à função de gestão de risco.

A Companhia pode, quando necessário, alocar limites de risco específico às atividades gerenciais que deles necessitem, incluindo, mas não se limitando a, limites de risco de mercado, de crédito corporativo e soberano, de acordo com o limite aceitável de risco corporativo.

b) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Vale não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, a Vale possui linhas de crédito rotativo para auxiliar na gestão da liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital. As linhas de crédito rotativo disponíveis foram contratadas junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais.

c) Gestão de risco de crédito

A exposição ao risco de crédito decorre de recebíveis, transações com derivativos; garantias, pagamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Vale em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito comercial

Para a exposição do risco de crédito comercial, proveniente das vendas de produtos e serviços a clientes finais, a área de gestão de risco corporativo, de acordo com a delegação vigente, aprova ou solicita aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

A Vale atribui uma classificação de risco de crédito para cada cliente utilizando como base uma metodologia quantitativa própria para a análise de risco de crédito, que é baseada em preços de mercado, classificações externas de crédito e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre as posições estratégicas e o histórico comercial das contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2014, 56% do contas a receber referente a vendas comerciais da Vale apresentava classificação de risco insignificante ou baixo, 35% apresentava risco moderado e 9% risco elevado.

Sempre que necessário, a análise de risco de crédito quantitativa é complementada por uma análise qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento comercial com a Vale e a posição estratégica do cliente em seu setor econômico, dentre outros fatores.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte ou ainda de acordo com o perfil de risco de crédito consolidado da Vale, estratégias de mitigação de risco podem ser utilizadas para gerenciar o risco de crédito da Companhia. As principais estratégias de mitigação de risco de crédito incluem desconto de recebíveis, seguro de crédito, cartas de crédito, garantias corporativas e bancárias, hipotecas, dentre outros.

A Vale possui uma carteira de recebíveis diversificada geograficamente, sendo China, Europa, Brasil e Japão as regiões que apresentam as exposições mais significativas. De acordo com a região, diferentes tipos de garantias podem ser utilizados para melhorar a qualidade de crédito dos recebíveis.

A Vale controla sua carteira de recebíveis através dos Comitês de Crédito e Cobrança, onde as áreas de gestão de risco, cobrança e comerciais monitoram periodicamente a exposição a cada contraparte. Adicionalmente, a Vale possui controles sistêmicos de risco de crédito que bloqueiam vendas adicionais para contrapartes com recebíveis vencidos com a mesma.

(ii) Gestão de risco de crédito para tesouraria

Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras e instrumentos derivativos, A Diretoria Executiva da Vale aprova, anualmente, os limites de crédito por contraparte. Além disso, a Vale controla a diversificação do portfólio, o risco de crédito da carteira da tesouraria e o risco de cada contraparte através do monitoramento das informações de risco de crédito no mercado.

d) Gestão de risco de mercado

A Vale está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. A avaliação deste potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações é realizada periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia, garantir sua flexibilidade financeira e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Para tanto, quando necessário, estratégias de mitigação de risco de mercado são avaliadas e implementadas em linha com estes objetivos. Algumas destas estratégias utilizam instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas pelos instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente de forma consolidada, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Considerando a natureza dos negócios e operações da Vale, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são:

- Taxas de câmbio e taxas de juros;
- Preços de produtos e insumos.

e) Risco de taxa de câmbio e de taxa de juros

O fluxo de caixa da Vale está sujeito à volatilidade de diversas moedas, uma vez que os preços de seus produtos são indexados predominantemente ao dólar norte-americano, enquanto a parte significativa dos custos, despesas e investimentos é denominada em outras moedas, principalmente reais e dólares canadenses.

Para reduzir o potencial impacto causado por este descasamento de moedas, instrumentos derivativos podem ser utilizados como estratégia de mitigação de risco.

A Vale implementou operações de hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado proveniente das suas dívidas – principalmente o risco cambial. As operações de hedge cobrem a maior parte das dívidas em reais e euros. A Vale utiliza operações de swap cambial para converter dívidas em reais e em euros para dólares americanos possuem volumes, fluxos e vencimentos semelhantes às dívidas - ou, em alguns casos, inferiores de acordo com as restrições de liquidez de mercado.

Swaps com vencimento inferior ao vencimento final das dívidas são renegociados ao longo do tempo de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final da dívida. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap compensará parte do impacto da variação cambial sobre as obrigações da Vale, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

No caso de instrumentos de dívidas denominados em reais, caso ocorra apreciação (depreciação) do real contra o dólar norte-americano, o impacto negativo (positivo), no serviço da dívida da Vale (juros e/ou pagamento de principal) medido em dólares norte-americanos será parcialmente anulado pelo efeito positivo (negativo) das operações de swap, independentemente da taxa de câmbio US\$/R\$ na data de pagamento. O mesmo racional se aplica às dívidas denominadas em outras moedas e seus respectivos swaps.

A Vale também possui exposição a taxas de juros sobre os empréstimos e financiamentos. As dívidas com taxas de juros flutuantes em dólares norte-americanos consistem principalmente em empréstimos que incluem operações de pré-pagamento de exportações e empréstimos em bancos comerciais ou organizações multilaterais. Em geral, estas dívidas são indexadas à LIBOR (London Interbank Offer Rate in US dollar). A Vale possui contratos de dívida em reais atrelados a taxas de juros flutuantes, mas utiliza transações de swap para converter a maior parte dessa dívida para taxas de juros fixas em dólares norte-americanos. Após considerar as transações de swaps de taxas de juros, a dívida total da empresa é predominantemente atrelada à taxas fixas de juros.

f) Risco de preços de produtos e insumos

A Vale também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos. Em linha com a política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo *commodities* também podem ser utilizadas para adequar seu perfil de risco e reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Para estas estratégias de mitigação, utilizam-se predominantemente operações a termo, futuros ou *zero-cost collars*.

g) Gestão de risco operacional

A gestão de risco operacional é a abordagem estruturada que a Vale utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, de acordo com os princípios e diretrizes da ISO 31000.

Os principais riscos operacionais são monitorados periodicamente, garantindo a efetividade dos controles-chave, mitigando o funcionamento e a execução da estratégia de tratamento dos riscos (melhorando ou implementando novos controles, mudanças no ambiente do risco, compartilhando parte do risco através da contratação de seguro, constituição de provisões de recursos, etc.).

Assim, a empresa procura ter uma visão clara de seus principais riscos, atuando sobre eles de forma sistemática e eficiente em termos de alocação de capital.

h) Gestão de capital

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Dentro desta ótica, a Companhia tem sido capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades, com uma amortização bem distribuída ao longo dos anos, evitando assim uma concentração em um único período específico.

i) Seguros

A Vale emite diversas políticas de seguros, tais como: política de seguro de riscos operacionais, seguro de risco de engenharia (projetos), responsabilidade civil, seguro de vida para seus funcionários, dentre outros. As coberturas destas apólices, similares às utilizadas em geral na indústria de mineração, são emitidas de acordo com os objetivos definidos pela empresa, a prática de gestão de risco corporativo e as limitações impostas pelo mercado de seguro e resseguro global. De forma geral, os ativos da empresa diretamente relacionados as suas operações estão contemplados na cobertura dos seguros contratados.

A gestão de seguros é realizada com o apoio dos comitês de seguros existentes nas diversas áreas operacionais da Companhia. Entre seus instrumentos de gestão, a Vale utiliza resseguradoras cativas para balancear os preços de resseguros contratados no mercado, bem como disponibilizar o acesso direto aos principais mercados internacionais de seguro e resseguro.

Informações adicionais (não auditado)

A Companhia apresenta anualmente seu balanço social e relatório de sustentabilidade que reafirma o compromisso de reforçar estrategicamente o desenvolvimento sustentável por meios de importantes diretrizes globais. A Política de Desenvolvimento Sustentável da Companhia visa à construção de um legado social, econômico e ambiental nas regiões onde atua composta pelos pilares de Operador Sustentável, Catalisador de Desenvolvimento Local e Agente Global de Sustentabilidade. Dentro desses princípios e diretrizes, a Companhia publica o balanço social que demonstra manter indicadores sociais e ambientais, o quantitativo funcional e as informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. As informações apresentadas foram obtidas através dos registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da Companhia, das controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado.

Base de cálculo	Consolidado												Controladora
	2015			2014			2015			2014			
Receita líquida	85.499			88.275			42.560			54.346			
Lucro operacional antes do resultado financeiro, das participações societárias e redução ao valor recuperável de ativos não circulantes	9.101			16.570			12.585			13.501			
Remuneração bruta	6.804			7.067			3.860			4.561			
Indicadores sociais internos	Valor	Folha de pagamento	Receita líquida	Valor	Folha de pagamento	Receita líquida	Valor	Folha de pagamento	Receita líquida	Valor	Folha de pagamento	Receita líquida	
Alimentação	839	12%	1%	723	10%	1%	760	20%	2%	665	15%	1%	
Encargos sociais compulsórios	1.830	27%	2%	1.698	24%	2%	1.329	34%	3%	1.360	30%	3%	
Transporte	473	7%	1%	400	6%	0%	383	10%	1%	333	7%	1%	
Previdência privada	573	8%	1%	449	6%	1%	119	3%	0%	145	3%	0%	
Saúde	1.254	18%	1%	842	12%	1%	602	16%	1%	538	12%	1%	
Educação	92	1%	0%	62	1%	0%	73	2%	0%	46	1%	0%	
Creches	17	0%	0%	39	1%	0%	16	0%	0%	13	0%	0%	
Outros benefícios	656	10%	1%	1.504	21%	1%	404	10%	1%	1.254	28%	3%	
Total - Indicadores sociais internos	5.734	84%	7%	5.717	81%	6%	3.686	95%	9%	4.355	95%	6%	
Indicadores sociais externos	Valor	Lucro operacional	% sobre Receita líquida	Valor	Lucro operacional	% sobre Receita líquida	Valor	Lucro operacional	% sobre Receita líquida	Valor	Lucro operacional	% sobre Receita líquida	
Tributos (excluídos encargos sociais)	(10.368)	-114%	-12%	5.897	36%	7%	(4.452)	-35%	-10%	4.632	34%	9%	
Investimentos em cidadania	909	10%	1%	757	5%	1%	763	6%	2%	645	5%	1%	
Total - Indicadores sociais externos	(9.459)	-104%	-11%	6.654	40%	8%	(3.689)	-29%	-9%	5.277	39%	10%	
Indicadores ambientais - Investimentos em meio ambiente	1.764	19%	2%	2.050	12%	2%	584	5%	1%	1.311	10%	2%	
Indicadores do corpo funcional													
Total de empregados no final do ano	74.098			76.531			45.754			49.781			
Total de admissões durante o ano	5.478			5.597			1.225			2.839			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:			direção	(X)	direção e gerências				(X)	todos (as) empregados (as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:			direção e gerências		todos (as) empregados (as)				(X)	todos (as) + CIPA			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:			não se envolve		segue as normas OIT				(X)	incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	(X)		direção	(X)	direção e gerências				(X)	todos (as) empregados (as)			
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X)		direção	(X)	direção e gerências				(X)	todos (as) empregados (as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:			não são considerados		são sugeridos				(X)	são exigidos			
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:			não se envolve	(X)	apóia				(X)	organiza e incentiva			